

Um pouco da história de uma experiência de formação em psicologia social do trabalho em uma universidade pública

History and elements of a formation experience in social work psychology

Tatiana Freitas Stockler das Neves; Fábio de Oliveira; Anete Souza Farina; Flavio Ribeiro

Universidade de São Paulo

RESUMO:

O objetivo é apresentar a história e os elementos de uma experiência de formação em psicologia social do trabalho que tem sido desenvolvida em uma universidade pública com estudantes de graduação em psicologia que cursam disciplinas que incluem atividades práticas e estágios voltados às questões do mundo do trabalho e das organizações. Essas atividades são oferecidas pelo Centro de Psicologia Aplicada ao Trabalho em articulação com projetos de pesquisa e de extensão. Parte-se de reflexões da psicologia social e de outras áreas das ciências humanas para a compreensão e interpretação dos diversos temas abordados e das perspectivas teórico-metodológicas adotadas no campo. Desemprego, “mercado informal”, políticas públicas de trabalho, geração de renda, saúde do trabalhador, organização do trabalho, reestruturação produtiva, autogestão, economia solidária, cooperativismo, inserção de pessoas com deficiência no mundo do trabalho, histórias de trabalho, memória e trabalho, cotidiano e trabalho são alguns dos temas interrogados por alunos e supervisores.

Palavras-chave: Formação em psicologia; Psicologia social do trabalho, Universidade pública.

ABSTRACT:

The goal is to present the history and elements of a formation experience in social work psychology. It has been developed in a public university, with undergraduate students in psychology pursuing subjects that include practical activities and internships addressing issues of the world of work and organizations. These activities are offered by the Center for Psychology Applied to Work in articulation with research and extension projects. It is based on reflections from social psychology and other areas of the human sciences for the understanding and interpretation of the various topics addressed and the theoretical-methodological perspectives adopted in the field. Unemployment, "informal market", public policies of work, income generation, worker health, work organization, productive restructuring, self-management, solidarity economy, cooperativism, insertion of people with disabilities in the world of work, work histories, memory and work, daily life and work, are some of the topics questioned by students and supervisors.

Key-words: Formation in psychology; Social psychology of work, Public university.

1. Problematizar a formação em psicologia e trabalho: a emergência da Psicologia Social do Trabalho

A história da psicologia no Brasil, se comparada às de outros campos científicos e profissionais, pode ser considerada como ainda recente. A psicologia social, por sua vez, é ainda mais jovem como campo da ciência psicológica em nosso país e, cada vez mais, solicita sua presença na formação das novas gerações de psicólogos. A aproximação aos fenômenos psicossociais que constituem a vida humana no trabalho, respaldada em teorias e práticas, permite ao futuro psicólogo ampliar sua compreensão sobre uma dimensão da existência que subjaz a constituição de aspectos subjetivos e materiais da vida cotidiana.

A formação que se pretende alcançar no campo em que atuamos, o da psicologia social do trabalho, é a de um psicólogo capaz de compreender e atuar em realidades mediadas pelo trabalho, ou seja, em diferentes contextos, compreendendo as questões políticas, econômicas, sociais e ideológicas que sustentam as relações construídas historicamente e mantidas material e simbolicamente (BERNARDO; SOUSA; PIZÓN; SOUZA, 2015).

As mudanças na formação em psicologia e trabalho têm acompanhado as mutações da sociedade brasileira, da psicologia como um todo e do campo específico da psicologia que tem como objetos o “trabalho” e as “organizações”, cujos sentidos estão conjugados às permanências e mudanças do mundo do trabalho contemporâneo (BERNARDO; OLIVEIRA; SOUZA; SOUSA, 2017).

Importantes transformações ocorreram ao longo de mais de um século desde as primeiras aproximações da psicologia ao mundo do trabalho. Elas se referem às modificações tecnológicas, às formas de exploração da força de trabalho, à institucionalização do trabalho, à estruturação de estratégias de resistência à exploração, aos movimentos sociais e à entrada em cena de novos atores sociais (ABRAMO, 1994; CHAUI, 2001a; MUNAMBA, 1996; SADER, 1988; SOUZA-LOBO, 2011). Em nosso caso particular, o da psicologia como ciência, essas transformações incluem, ainda, a regulamentação da profissão de psicólogo no Brasil, a entrada da psicologia nas instituições de educação e nos serviços públicos de saúde, a formulação de políticas públicas de trabalho, a participação em comunidades e as interfaces com outros direitos

sociais como moradia, cultura e assistência social; a construção, enfim, de novos horizontes para a atuação de psicólogos.

Ao longo da história das aproximações da psicologia em relação ao mundo do trabalho, as respostas aos problemas apresentados aos profissionais e pesquisadores da área refletiram, em parte, as conjunturas sociopolíticas de cada momento (FREITAS; GUARESCHI, 2004; GUARESCHI; FREITAS, 2004; HELOANI, 1999, 2003; JACQUES, 1989), ao mesmo tempo em que configurações do campo engendradas em momentos distintos coexistem no presente, configurando o que Sampaio (1998) denomina “faces” da psicologia do trabalho, isto é, embora constituam-se como “fases” da psicologia do trabalho, a psicologia industrial, a psicologia organizacional e a psicologia do trabalho “propriamente dita” (SAMPAIO, 1998, p. 37) convivem e disputam um campo teórico heterogêneo.

Freitas e Guareschi (2004) afirmam que a pluralidade teórica na produção da psicologia sobre o mundo do trabalho reflete a ambiguidade da universidade ao servir tanto aos interesses hegemônicos quanto aos interesses dos trabalhadores e dos grupos marginalizados:

A autonomia docente na escolha dos temas para investigação começa a se fragilizar quando os temas passam também a ser definidos pelos interesses dos agentes financiadores das pesquisas. Por outro lado, as pressões de orientações políticas e sociais exigem das IESs¹ produções mais críticas, que denunciem as contradições do sistema capitalista, como a exclusão social, o empobrecimento do operariado, o aumento do desemprego, a baixa qualidade de vida (p. 81).

Essa ambiguidade coloca em cena a diversidade de visões de mundo e modos de saber e fazer no campo das relações entre a psicologia e o trabalho nas universidades e dá relevo a conflitos e contradições entre posições distintas neste campo (BOURDIEU, 1979; ORTIZ, 1994). Nele, as diferenciações entre a psicologia industrial, a psicologia organizacional e a psicologia social do trabalho são emblemáticas das continuidades, tensões, rupturas e conflitos existentes. Trata-se de um campo complexo, teórico e prático, no qual se situam a formação, as atuações e conhecimentos acadêmicos, com perspectivas que podem ser distintas e que focalizam questões, temas e problemas diversos, cujos sentidos podem ser antagônicos.

No caso deste artigo, buscaremos apenas situar nesse campo heterogêneo o que tem se configurado como “psicologia social do trabalho” (SATO; BERNARDO; COUTINHO, 2017), perspectiva que sustenta elementos da experiência de formação do

Centro de Psicologia Aplicada ao Trabalho (CPAT), cujos detalhes serão descritos mais adiante.

A denominada psicologia social do trabalho configura-se como uma perspectiva no campo da psicologia que se dedica aos temas trabalho e organizações especialmente a partir da década de 1990, em um contexto de profundas transformações ocorridas no capitalismo e de seus desdobramentos nos processos de produção e de organização do trabalho, em especial nas décadas de 1960 e 1970 nos países capitalistas centrais e a partir da década de 1990 no Brasil e na América Latina (ANTUNES, 2001; DRUCK; FRANCO, 2007; HOBBSAWN, 1987, 1996; MATTOSO, 1994; DAU, RODRIGUES; CONCEIÇÃO, 2009).

Ela tem como base certos entendimentos e práticas de psicologia social² e afinidades especialmente com certas leituras da filosofia, da sociologia, da antropologia, da história, da geografia e da linguística. Articulada a estudos e debates teóricos acerca do trabalho no campo da filosofia e das ciências sociais, tal perspectiva considera as práticas psicológicas como sendo imbricadas a determinadas teorias e contextos sócio-históricos e políticos, e coloca em questão a oposição entre ciência básica e ciência aplicada no campo da psicologia que se debruça sobre o mundo do trabalho (SPINK, 1996).

Ela parte da relevância de compreender as interfaces trabalhador-mundo do trabalho, nas tensões sujeito-mundo, dando relevo às relações de saber-poder e desigualdade social presentes no mundo do trabalho, e suas especificidades sociais e históricas no Brasil; bem como às “experiências próprias e compartilhadas” dos trabalhadores sobre o trabalho que realizam, sobre seu dia a dia etc. e suas “vozes, modos de olhar, interesses que podem ser diversos” (NEVES, 2002: 80).

Essa abordagem³ debruça-se sobre outros temas do mundo do trabalho, focando os “problemas sociais e humanos presentes nos espaços organizacionais e fora deles” (CPAT, 2001, p. 5). Toma como temas, questões ou problemas, a partir de seus aspectos psicossociais, para compreensão, interpretação e atuação: desemprego; o chamado trabalho “não regulado” ou “trabalho informal”; a rua como lugar de trabalho; economia solidária e cooperativismo; geração de renda e trabalho; políticas públicas e trabalho; participação e organização de trabalhadores; micronegociações e trabalho; redes de ajuda mútua e inserção no mundo do trabalho; movimento sindical; memória e trabalho; cotidiano e trabalho; relações de cooperação e competição no mundo do trabalho;

representações sociais e saberes do senso comum sobre o mundo do trabalho; trabalho e subjetividade; gênero e trabalho; racismo e trabalho; interfaces entre trabalho e outros direitos sociais; relações de desigualdade e diversidade no mundo do trabalho; arte e trabalho; dentre outros.

Entende as organizações como processos psicossociais, localizando-as a partir de debates e reflexões sobre o mundo do trabalho, diferentemente da visão destas como “coisas”, uma espécie de arquitetura, ou como ato, do verbo organizar, colocar em determinada ordem (SPINK, 1996). Em relação especificamente aos processos produtivos e organizativos, dá-se ênfase e destaque: às diferentes compreensões de organização e instituição pública⁴; às diversas configurações do mundo do trabalho e das inter-relações entre os chamados mercados formal e informal em certos contextos sócio-históricos no Brasil, na América Latina e em outros países capitalistas; às relações de poder e assimetrias existentes nas organizações e instituições e os dispositivos de controle sobre o trabalhador; aos processos psicossociais, simbólicos e materiais, que sustentam determinadas formas de organização do trabalho; às diferenças entre trabalho real e prescrito; aos desdobramentos e às repercussões do trabalho precário e das terceirizações; aos processos de reestruturação produtiva e suas relações com a intensificação do trabalho, o desgaste mental no trabalho e a fragmentação das ações coletivas dos trabalhadores; às ideologias da habilidade, competência e excelência e seus desdobramentos no cotidiano de trabalho; à complexidade dos acidentes e adoecimentos de trabalho e a produção e reprodução da culpabilização da vítima, dentre outros. Nesse aspecto, aproxima-se do campo da chamada saúde do trabalhador, trazendo para a compreensão das organizações e instituições as noções de ambiente, condições e processos de trabalho (LACAZ, 2007; LAURELL; NORIEGA, 1989; SATO; LACAZ; BERNARDO, 2006).

A psicologia social do trabalho dedica-se, ainda, a tematizar e debater os discursos e práticas psicologizantes e culpabilizantes no mundo do trabalho como legitimadores de certos *modus operandi*, e as produções da própria psicologia que sustentam tais discursos e práticas. Junto a outros campos de saber e fazer, problematiza visões que tomam o local de trabalho como lugar que, idealmente, deve ser harmonioso, sem conflitos, e que consideram que, se não há harmonia, isto é devido a uma característica ou questão relacionada ao trabalhador (HELOANI, 1999; OLIVEIRA, 1997, 2007; PRILLELTENSKY, 1994; SELIGMANN-SILVA, 1999).

Nesse contexto, questiona dispositivos de evitação ou suavização dos conflitos existentes e partilha a visada de que os fenômenos relativos ao mundo do trabalho se dão em um campo político, de conflitos e contradições, campo no qual a própria psicologia está inserida, de maneira não neutra (NAVARRO; PADILHA, 1997; BERNARDO et al., 2015).

Ao reconhecer os diferentes interesses e conflitos existentes, as desigualdades, hierarquizações e relações de poder nas organizações e instituições, coloca em questão concepções que sustentam que os diferentes sujeitos sociais e suas posições no mundo do trabalho encontram-se em um plano simétrico e uníssono, inclusive o ideário do “trabalhador-colaborador” (BERNARDO, 2006, 2009; BUSNARDO, 2003). E aponta, em certos momentos, as práticas de negociação possíveis, e seus limites, entre trabalhadores, representantes sindicais, movimentos sociais, administradores, técnicos, cientistas, empresários, Estado, segmentos diversos da população etc. (SATO, 1997).

Para finalizar, em dissonância com a concepção e o ideário da psicologia do trabalho como campo harmônico, ou que assim o deveria ser, compreende-se tal campo como conformado por diferentes maneiras de encarar os diversos modelos produtivos e de organização do trabalho, os trabalhadores e a inserção e o papel das psicologias nesses contextos. O surgimento de novas áreas no campo vem reconfigurando a área de forma tão radical que talvez não seja mais possível falar de unidade ou mesmo de uma única área (SATO, 2010; BERNARDO et al., 2017).

2. Trajetórias curriculares em psicologia e trabalho na Universidade de São Paulo

Os embates com todas essas questões, direta ou indiretamente, configuraram as práticas de formação que desenvolvemos no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, no Centro de Psicologia Aplicada ao Trabalho (CPAT), serviço vinculado ao Departamento de Psicologia Social e do Trabalho.

Um importante aspecto a se considerar é que a própria equipe do CPAT é constituída nesse campo heterogêneo, de modo que buscamos sustentar e debater as leituras e posições que temos e que por vezes também são diferentes e se interpelam. Assim, não pretendendo ser uma especialidade ou uma “escola”, apoiamos-nos num certo chão comum e buscamos refletir sobre parte de certos paradoxos que enfrentamos e sobre os dilemas encontrados nas experiências de formação (CARVALHO, 2013).

Outra dimensão fundamental é o fato de estarmos em uma universidade pública, que enfrenta cotidianamente os horizontes, as questões e as contradições entre constituir-se como uma instituição social e pública e ser, ao mesmo tempo, uma organização administrada pela lógica gerencial (ADUSP, 2001a, 2001b; CARDOSO, 1999; CHAUI, 2001b, SCHMIDT, 2011; SILVA, 2006). Para melhor vislumbrar tais questões e paradoxos, é preciso, antes, retomar alguns aspectos históricos da formação em psicologia na instituição da qual fazemos parte.

O curso de Psicologia da Universidade de São Paulo, que tem sua origem na cadeira de Psicologia do curso de Filosofia estabelecido em 1934, iniciou seu funcionamento oficial no ano de 1958, ainda na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL). Em 1962, a profissão de psicólogo e os cursos de formação seriam regulamentados pela Lei nº 4119 de 27 de agosto daquele ano (BRASIL, 1962). O Instituto de Psicologia, tal como o conhecemos hoje, foi instalado em 1970 no campus Butantã, durante a ditadura civil-militar (SCHMIDT, 2000; SCHMIDT; NEVES, 2002).

Sua fundação como Instituto, separado da Filosofia, deu-se em um duplo movimento, qual seja, por um lado, a busca da institucionalização da Psicologia como profissão e, por outro, os embates da chamada Reforma Universitária, a retirada da FFCL do prédio histórico da Maria Antônia e a dispersão das unidades na Cidade Universitária, com o conseqüente distanciamento do *campus* em relação ao centro da cidade. Isso ocorreu, assim, tanto em um momento de disputa, problematização e crítica ao modelo universitário e às políticas educacionais, como em um contexto de confronto e repressão pelo regime militar contra organizações e grupos de oposição e de resistência à ditadura e ao *status quo* dentro da própria universidade, por meio de duras e autoritárias respostas e práticas institucionais adotadas pelos gestores da USP (ADUSP, 2004; CARDOSO, 1982; LEITE, 1994; SILVA, 1999).

Com a transferência para a Cidade Universitária e a fundação como Instituto separado da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), foram construídas as bases do primeiro currículo oficial, com a configuração de quatro departamentos, oriundos, em parte, das antigas cátedras de Psicologia e de Psicologia da Educação da FFCL.

As questões do trabalho, por sua vez, apareceriam no primeiro currículo através da disciplina intitulada “Seleção profissional” e, de certo modo, em “Dinâmica de

grupos” e “Psicologia das relações humanas no trabalho”, vinculadas ao Departamento de Psicologia Social e do Trabalho.

O título da disciplina, estabelecido no currículo mínimo (RUDÁ; COUTINHO; ALMEIDA-FILHO, 2015) para a formação em psicologia (LEI nº 4.119 de 7 de agosto 1962) revela o espírito de uma época em que predominavam as concepções da clássica psicologia industrial e que já naquele momento exigia uma carga específica de horas de estágios na área (CURY; FERREIRA NETO, 2014).

Em 1985, é fundado o Centro de Psicologia Aplicada ao Trabalho (CPAT), com o propósito de ser um centro de produção de conhecimento e de elaboração de estratégias de intervenção na área do trabalho, junto com a organização dos estágios da disciplina “Seleção Profissional”. No projeto inicial desse serviço, havia a previsão de contratação de psicólogos, estatísticos, sociólogos e filósofos, mas, por falta de condições e recursos, passou-se a contar com uma equipe de psicólogas e a concepção original foi abandonada.

Nesse primeiro período de existência do CPAT, os estágios relacionados à disciplina eram organizados em grupos de supervisão em duas modalidades: grupo de estudantes que já estagiavam em outras organizações; grupo de estudantes que participavam de projetos demandados ao CPAT, desde a elaboração, realização e devolutiva dos projetos. Referiam-se a recrutamento e seleção, levantamento de cargos e funções, definição de perfil profissional, treinamento e, posteriormente, análise de fatores estressores profissionais, análise organizacional, diagnóstico organizacional, atividades relacionadas a recursos humanos, além de assessorias a equipes e organizações.

Naquela época, as atividades realizadas a partir de demandas eram voltadas, em geral, às unidades da USP e a diferentes segmentos de organizações, como, por exemplo, o trabalho do psicólogo em hospitais. Tais práticas, orientadas em supervisão, ocorriam em uma perspectiva de análise das demandas para verificar o que gerava as queixas. Os resultados costumavam ser divulgados em congressos. Assim, a participação dos estudantes em eventos científicos contemplava debate e divulgação dos projetos e das formas de atuação do CPAT na área e era tomada como parte do processo de ensino.

A partir de meados da década de 1990, com as mudanças do próprio sistema capitalista de produção, transformações do mundo do trabalho e da própria psicologia

como ciência e profissão, a disciplina “Seleção profissional”, cujo título já não correspondia mais ao conteúdo efetivamente lecionado, passou a se configurar a partir de três eixos principais e diversos entre si: das propostas e teorias que embasam a chamada psicologia organizacional, as concepções teórico-metodológicas do que vinha se desenhando como psicologia social do trabalho, incluindo as compreensões e debates do campo da saúde dos trabalhadores.

Essas mudanças e pluralidades do campo da psicologia que se dedica aos fenômenos do trabalho passam também a pautar novos temas e práticas abordados pelo CPAT e se refletiram em mudanças no processo de formação. Naquele momento, as atividades práticas e de formação oferecidas pelo Centro aos estudantes de graduação eram desenvolvidas em grupo no decorrer de um ano e podiam ser tanto projetos de pesquisa como projetos de intervenção.

Atualmente, do modo como está organizado, após a mudança curricular ocorrida em 2004 (que incluiu a atualização do nome da disciplina, seu desmembramento e reestruturação), o atual funcionamento do currículo do curso de psicologia no Instituto de Psicologia da USP permite ao aluno construir uma trajetória própria entre as disciplinas oferecidas, pois, paralelamente ao núcleo de disciplinas obrigatórias (que foram reduzidas após a reforma curricular), são oferecidas disciplinas optativas que devem somar certo número de horas ao histórico escolar do aluno, incluindo atividades práticas.

No caso da formação em psicologia e trabalho, essa trajetória é antecedida pelas disciplinas “Psicologia social I”, “Psicologia social II” e “Processos cognitivos em psicologia social”.

Especialmente em “Psicologia social II”, durante muitos anos, a vivência por um dia como trabalhador em uma atividade subalterna passou a levantar diversas questões, que são retomadas nas disciplinas a seguir. Essa vivência costuma ser marcante para os estudantes e auxilia posteriormente na discussão e escolha de temáticas referentes ao mundo do trabalho e das organizações na disciplina obrigatória seguinte que introduzirá de modo mais sistemático o tema trabalho. Em “Psicologia social II”, os estudantes elegiam um trabalho considerado histórica e socialmente subalterno e realizavam por um dia esse trabalho, experimentando alguns aspectos do cotidiano de trabalho e estranhamentos e tensões entre seus lugares sociais e a dos trabalhadores que exercem

esse trabalho, além de se estabelecer um debate sobre a concepção de humilhação social (GONÇALVES-FILHO, 1998).

A primeira disciplina obrigatória que trata diretamente de trabalho e psicologia e exige a realização de atividades práticas é “Psicologia social do trabalho e das organizações”. Ela é a fusão das antigas disciplinas de “Seleção profissional I” e “Seleção profissional II”, que haviam sido reformuladas durante a vigência do currículo anterior e cujos nomes já não mais correspondiam aos conteúdos realmente tratados.

Essa disciplina é oferecida aos estudantes do segundo semestre do terceiro ano, o que lhes permite, caso optem por aprofundar os conhecimentos na área do trabalho, escolher entre as disciplinas optativas um caminho ao longo dos quarto e quinto anos de sua formação.

A disciplina obrigatória abre as portas para algumas disciplinas optativas regulares, como “Trabalho e saúde: a compreensão a partir da psicologia social; “Trabalho, diversidade e exclusão”; “Psicologia, desemprego e carreira profissional: campo de investigação e prática”; “Psicologia social dos processos organizativos: práticas cotidianas e trabalho”.

Além disso, em função da atual estrutura do currículo, é possível abordar a temática do trabalho em disciplinas de conteúdo aberto, como é o caso de: “Prática de pesquisa em psicologia social”, “Ações comunitárias”, “Estágio supervisionado”. Nessas disciplinas, é possível dar continuidade a algum projeto iniciado nas atividades práticas das disciplinas anteriores ou elaborar novos projetos.

Essas mudanças curriculares que ocorreram nos anos 2004 deram-se a partir de diversas reivindicações históricas no Instituto de Psicologia da USP (de grupos de estudantes de várias gerações e de parte dos professores e funcionários), de negociações possíveis em sua estrutura e funcionamento institucional e de mudanças curriculares propostas pelo MEC (CNE/CES, 2004; COLOSIO, 2012; FERNANDES, 2001). Tiveram, ainda, como pano de fundo, uma tentativa de romper com a separação entre ciência teórica e ciência aplicada e, em nosso caso específico, com a compreensão da formação na área de trabalho como estritamente profissionalizante.

Apesar de as disciplinas “Seleção profissional” I e II, a partir da década de 1990, já sustentarem, em seu novo conteúdo, as interlocuções e tensões entre teoria-prática, pesquisa-extensão, formação-atuação no mundo do trabalho, o fato de permanecerem, até a mudança curricular, no quinto e último ano da graduação fazia com que em parte

se impossibilitasse um percurso mais extenso na formação de graduação nessa área e, por outro lado, permitia que houvesse maior expectativa por parte dos estudantes de que aprenderiam na disciplina do quinto ano e no CPAT fundamentalmente técnicas e procedimentos para aplicação profissionalizante.

Tal cenário e embate já se faziam presentes na década de 1980, especificamente em relação ao ensino em psicologia, entre: a) o papel de ajustamento e desenvolvimento de técnicas presentes no conhecimento instrumental de certas perspectivas positivistas em psicologia; b) o ensino voltado à clínica quando das primeiras aproximações da psicanálise e o fortalecimento da psicologia como uma profissão liberal; c) o papel de problematização e ruptura do *status quo* na formação, o que se pretende alcançar nas abordagens consideradas críticas em psicologia (MELLO, 1989; SAVIANI et al., 1984). Nessas discussões, assentava-se a questão de com quais interlocutores se pretendia estabelecer regiões de conversa e cumplicidade e de quais noções de formação, pesquisa e extensão estavam em cena, suscitando o debate acerca do lugar da pesquisa e da extensão produzidas nesta universidade pública, e os horizontes éticos e políticos de tais produções (CHAUI, 2003; NOVO, 1998; PATTO, 2000; SCHMIDT, 2008).

Atualmente, esse cenário tornou-se ainda mais complexo e contraditório com a incorporação e intensificação da lógica gerencial na universidade e a decorrente disputa entre uma formação generalista, plural e crítica e um ensino especialista e preparatório para o mercado de trabalho, em que se compreende a universidade como uma forma de prestação de serviços voltados às demandas das empresas (sejam gerenciais, de desenvolvimento tecnológico voltado a fins específicos de setores empresariais, de ajustamento dos trabalhadores aos processos produtivos e às organizações do trabalho; sejam de apaziguamento dos conflitos existentes, dentre outros).

Nesta disputa entre formação em uma instituição social e pública e o ensino voltado para o mercado, crescem-se ainda mais dificuldades e paradoxos pelo fato de que, na psicologia, a área de trabalho é especialmente vulnerável a respeito das exigências feitas pelas organizações nas quais se pretende realizar projetos de extensão, atividades práticas e estágios. Por ensino voltado ao mercado, entendemos aquele em que a faculdade ou universidade coloca-se de modo predominantemente subordinado às exigências, demandas e oscilações das empresas (em especial das de maior porte), cujas expectativas são ao mesmo tempo de ensino e desenvolvimento de ferramentas e técnicas voltadas para suas solicitações, e de formatação de certa mentalidade por parte

dos estudantes frente a suas demandas, cuja atuação deveria se dar de maneira mais ajustada e adequada a essas demandas e de modo mais imediato na formulação de respostas instrumentais e realização de projetos.

3. O Centro de Psicologia Aplicada ao Trabalho e os processos iniciais de formação de estudantes

Atualmente, o CPAT tem como objetivos desenvolver pesquisas, realizar projetos de extensão junto à comunidade e possibilitar formação junto a estudantes de graduação em psicologia por meio de atividades de estágio e atividades práticas (vinculados ao conjunto de disciplinas descritas acima), além de propiciar um espaço de formação e debate para estudantes de pós-graduação que se dedicam às temáticas relativas ao mundo do trabalho, a partir do olhar da psicologia social do trabalho.

Suas atividades focalizam temas do mundo do trabalho e os relacionados aos processos organizativos, cuja característica é a diversidade dos projetos desenvolvidos. O enfoque adotado no trato desses temas privilegia a leitura da psicologia social e aproxima-se da psicologia política e da psicologia comunitária, além de estabelecer interlocuções com outras áreas do conhecimento, especialmente as das ciências humanas. A definição e construção dos projetos de pesquisa e de extensão do CPAT, oferecidos gratuitamente, priorizam o diálogo com diferentes trabalhadores, instituições públicas, sindicatos, cooperativas e empreendimentos autogestionários, associações de bairro, movimentos sociais, ONGs, empresas privadas, dentre outros, considerando as diversas realidades locais em relação ao mundo do trabalho e os processos históricos de desigualdade social no Brasil.

No CPAT, organizam-se as atividades práticas associadas à disciplina “Psicologia Social do Trabalho e das Organizações” e a outras disciplinas, como descritas a seguir. Além disso, o Centro realiza projetos de “intervenção”, pesquisas, cursos e oficinas, estabelece interlocuções e trabalhos junto com outras instituições, organiza um conjunto de eventos abertos à comunidade e participa de encontros, seminários, congressos e outros eventos acadêmicos, nacionais e internacionais, como modo de divulgar, debater e estabelecer trocas e interlocuções em diversas áreas do conhecimento a respeito dos projetos de formação, extensão e pesquisa realizados, além de publicações e pareceres na área. Desde 1998, edita e editora o periódico *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho* (ISSN 1981-0490), dedicado à difusão da produção

científica na área de psicologia do trabalho e dos processos organizativos a partir da leitura da psicologia social, compreendida como um campo interdisciplinar.

3.1. Atividades práticas desenvolvidas pelos estudantes

De maneira geral, as atividades práticas e estágios oferecidos pelo CPAT estão organizados em duas modalidades: de um lado, atividades de pesquisa ou de exploração de campo e, de outro, projetos de “intervenção”.

As atividades que envolvem a exploração ou aproximação do campo pretendem construir um olhar sobre o mundo do trabalho e o reconhecimento dos diversos fenômenos que o habitam e das diferentes perspectivas construídas sobre eles, buscando trazer seu caráter polifônico e polissêmico e desconstruindo a noção de que haveria um único olhar no campo da psicologia que se debruça sobre o trabalho. Não se trata de abarcar todo o mundo do trabalho, mas garantir a heterogeneidade dos fenômenos estudados, com vistas a contemplar, nos grupos de supervisão, a diversidade de recortes (locais, categorias profissionais, temas etc.).

Na atual estrutura curricular do Instituto de Psicologia, essa atividade corresponde ao início da trajetória dos estudantes no campo da psicologia social do trabalho, iniciada com a disciplina obrigatória “Psicologia social do trabalho e das organizações”. Essa disciplina contempla discussões sobre a história e o estado da arte da psicologia do trabalho, introduzindo os debates sobre o mundo do trabalho na contemporaneidade. A parte prática vinculada a essa disciplina é coordenada pelo CPAT e pretende apresentar situações diversas nas quais a psicologia social enfrente fenômenos e problemas relativos ao trabalho de modo a dialogar com os conteúdos discutidos na disciplina. Convidamos os estudantes a escolherem temas de investigação e, a partir disso, são realizadas incursões e visitas a instituições públicas (de diferentes abrangências e áreas de atuação), organizações privadas (especialmente dos setores secundário e terciário e de diferentes portes), organizações autogestionárias, sindicatos, associações de bairro, movimentos sociais, ONGs ou, ainda, a outros lugares da cidade (ruas, praças, locais de circulação etc.), além de conversas com trabalhadores de categorias profissionais específicas.

3.2. Elenco de temas abordados

Como elenco de temas e lugares abordados e interpretados pelos estudantes desde a mudança curricular temos: desemprego e gênero; cooperativas de catadores de material reciclável; trabalho de catadores de papel na rua; prostituição feminina em “casas de luxo”; prostituição feminina de rua em diferentes lugares da cidade; prostituição masculina de rua; trabalho em um centro de zoonoses; organização sindical e movimento operário; trabalho operário; ambiente de trabalho e processos organizativos em uma indústria metalúrgica; o processo de reestruturação produtiva em uma fábrica; organização de professores do ensino superior; trajetórias e condições de trabalho de professores de ensino básico, médio, técnico-superior em instituições públicas; trabalho de profissionais de saúde em uma unidade básica de saúde (UBS); condição de trabalho de médicos plantonistas; trabalho de emergência em atendimento em saúde; farmácia de pequeno porte; empresa familiar; organização de um cursinho popular; memória e história de um cursinho popular pré-universitário; autogestão e geração de renda; organização de uma incubadora de cooperativas populares; trabalho de motoboys; inserção de pessoas com deficiência no mercado formal de trabalho; trabalho noturno em bares; trabalho de motoristas e cobradores de ônibus; terceirização em instituições públicas; trabalho de telemarketing; trabalho de camelôs na rua 25 de Março; a organização e os trabalhos na Galeria do Rock; trabalho e desemprego entre ex-trabalhadores de uma empresa aérea; o trabalho de artistas de rua; as diferentes realidades de trabalho em uma rua do Bexiga; o comércio de roupas no Bom Retiro e na rua Oscar Freire; o trabalho de idosos nas ruas do centro de São Paulo; a história, a organização e o trabalho no Mercado Municipal; o trabalho de artistas plásticos; o trabalho de baristas em uma cafeteria artesanal; a condição de trabalho de trabalhadores do judiciário; organização comunitária em um bairro na periferia de São Paulo; política pública de saúde do trabalhador e os centros de referência em saúde do trabalhador (CERESTs); política pública de saúde da estratégia de saúde da família (ESF) e suas decorrências na organização de trabalho; trabalho de agentes de desenvolvimento local; trabalho de agentes comunitários de saúde; o campo da economia solidária e a atuação de diferentes agentes sociais no cooperativismo; políticas públicas de geração de renda, emprego e trabalho; feiras livres; feiras de artesanato e cultura; feiras de antiguidade; experiência e organização de um mutirão para construção de moradias populares; trabalho e religião; intermediação de mão de obra em centros de atendimento ao trabalhador (CATs); a organização de centros de atendimento solidário (CASs); o

trabalho em um circo; trabalho em ONG que desenvolve atividades culturais e recreativas em hospitais; praças públicas como local de trabalho, ócio e passagem; diferentes realidades de trabalho em uma universidade pública; trabalho de executivos; trabalho de empregadas domésticas; trabalho doméstico; trabalho voluntário; organização de uma casa noturna de fetiches (dominação e submissão); trabalho em uma biblioteca pública; trabalho, sociabilidade, ócio e política em um bar no centro de São Paulo; trabalho de dançarinos e dançarinas; experiência de um assentamento do movimento dos sem-terra (MST); a questão das lesões por trabalhos repetitivos (LER); trabalho infantil; história, relações com a cidade e modos de organização e formação para o trabalho em uma ONG de educação; a questão do trabalho entre jovens em liberdade assistida; dentre outros.

3.3. A supervisão e as experiências dos estudantes nas primeiras incursões a campo

No início da disciplina “Psicologia Social do Trabalho e das Organizações”, solicitamos que os alunos se organizem em grupos de aproximadamente 15 a 20 estudantes, que serão acompanhados semanalmente por um supervisor, psicólogo da equipe do CPAT. Em cada grupo de supervisão, há uma subdivisão em grupos menores de trabalho. Cada um desses subgrupos definirá, no espaço das supervisões, um tema ou problema, um lugar ou uma categoria profissional que pretendem abordar.

Essa definição parte do interesse inicial dos próprios estudantes. Para tanto, realizam um levantamento de fenômenos e locais diversos relativos ao mundo do trabalho e, em conversa com o grupo todo, estabelecem o que pretendem priorizar e como imaginam e pensam em se aproximar desse tema, lugar ou categoria profissional.

Como elementos fomentadores dessas ideias, cada supervisor, a seu modo, apresenta exemplos de experiências e narra algumas histórias referentes a esses exemplos. É interessante notar que tanto a conversa nos subgrupos e no grupo entre os estudantes como os aspectos trazidos pelos supervisores ajudam a ampliar o espectro de possibilidades trazidos por cada um nos subgrupos.

Durante as supervisões iniciais, ainda, é possível trazer como convidados estudantes de graduação de anos anteriores, estudantes de pós-graduação ou pessoas já formadas que apresentam experiências de intervenção ou pesquisa em psicologia social do trabalho, o que, por sua vez, constitui-se como importante elemento que suscita

novas ideias e propostas, dúvidas, inquietações e abre um conjunto de questões relacionadas à própria incursão a campo.

Também o fato de terem realizado anteriormente em Psicologia Social II uma “vivência” aproximada de um dia como um trabalhador, realizando atividades consideradas subalternas, propicia outros debates.

Nesse primeiro momento da supervisão, de preparação para a ida a campo, busca-se: provocar uma disposição ou abertura dos estudantes para o inesperado ou o inusitado nas idas a campo; exercitar certo estranhamento quando se trata de situações ou lugares familiares a serem observados e compreendidos; reconhecer as concepções e certas visões de mundo de partida quando se iniciam as incursões; conversar e debater conjuntamente visões estereotipadas sobre os fenômenos; tematizar e buscar minimizar as assimetrias de poder existentes no próprio fazer em campo; fomentar a construção de certa cumplicidade e respeito mútuo junto aos interlocutores no trabalho de campo realizado (BRANDÃO, 2007; BOURDIEU, 1997; MAGNANI; TORRES, 2008; NUNES, 2002; OLIVEIRA, 2000; PATTO, 2009; VELHO, 2013).

Nos grupos, são utilizados como recursos: leitura de textos acadêmicos que tematizem metodologias e o campo em que estão inseridas; conversa e reflexão sobre publicações que abram compreensões dos fenômenos sobre os quais se pretende debruçar (específicos sobre questões do mundo do trabalho e temáticas afins, tanto em psicologia social como em outras áreas: filosofia, antropologia, sociologia, história, economia, linguística, geografia, saúde coletiva, serviço social, engenharia de produção etc.); manipulação de textos de jornal, revistas, fanzines etc. que tragam outros elementos sobre o tema escolhido ou o local a ser visitado; levantamento e análise de documentos e outros materiais sobre os locais e temas abordados; manipulação de material iconográfico relacionado; contato e interpretação de quadrinhos, charges e cartuns que suscitem interrogações e reflexões sobre o mundo do trabalho e seus contextos sócio-históricos e culturais; exibição e debate de filmes (por exemplo: “Rashomon”, “Um homem com uma câmera”, “Edifício Master”, “Santiago”, “A classe operária vai ao paraíso”, “A questão humana”, “O método”, “Segunda-feira ao Sol”, “Abraço corporativo”, “A verdade do gato” etc.); leitura e discussão de crônicas, contos e poesias; conversas sobre letras de música e outras manifestações culturais; relatos sobre exposições fotográficas, de artes plásticas etc.

O sentido desses recursos é abrir experiências sensíveis e reflexões críticas que tematizem de outra maneira e tragam outros pontos de vista, diversos aos discursos hegemônicos sobre os temas abordados. Além disso, fomentam-se os relatos, trocas e reflexões a respeito das experiências anteriores trazidas pelos próprios estudantes na supervisão.

Os recursos e técnicas bem como a metodologia utilizados, seja na formação dos estudantes, seja nas incursões a campo feitas por eles, estão ancorados em visões de mundo (MERLEAU-PONTY, 1971), que buscamos explicitar aos estudantes no decorrer de sua formação, ao salientar as inter-relações metodologia e teoria, e ao se contrapor tanto à concepção de que a metodologia é atemporal e suspensa no espaço como à divisão entre ciência teórica e ciência aplicada.

Nas incursões exploratórias a campo, são realizadas de uma a duas visitas em que os estudantes deslocam-se e circulam mais atentamente pelos diferentes locais da cidade (geralmente na cidade de São Paulo e eventualmente em outras cidades da região metropolitana), fazem observações, conversas com atores sociais diversos (SPINK, 2008), entrevistas semidirigidas, leituras de documentos institucionais etc., registradas em diários de campo (GEERTZ, 1989), além de registros fotográficos (ACHUTTI, 1997; BARROS, 2004; BENJAMIN, 1993; BRAVO, 2011; FELDMANN-BIANCO; LEITE, 1994; KOSSOY; SCHWARCZ, 2012; SALGADO, 2007; SONTAG, 2003, 2004; VERGER, 2005). O intuito é entrarem em contato com a diversidade e pluralidade de aspectos e lugares de trabalho e de pontos de vista e perspectivas sobre mundo do trabalho.

Após as incursões a campo, a supervisão configura-se como um lugar de troca de experiências entre os estudantes e de reflexão sobre os fenômenos observados. É na leitura do cotidiano que se torna possível revelar as estruturas que o sustentam, por isso buscamos um olhar para aquilo que é local (GEERTZ, 1997), o que permite compreender os processos sociais que configuram o mundo do trabalho, na tensão entre as estruturas (BOURDIEU, 1998) e os processos (CERTEAU, 1999).

No decorrer das incursões a campo, pretende-se trazer a importância de se atentar para: as dimensões simbólicas e materiais; a ocupação e distribuição espacial; as temporalidades em jogo; os modos de habitar e interpretar os lugares de trabalho; as diversidades e especificidades locais; as desigualdades existentes; as relações de complementaridade, oposição, segmentação, junção, tensão, conflito e ambiguidade

entre o trabalho e outras esferas da vida; o que é usual e comum e o que é diverso entre diferentes situações, acontecimentos e locais de trabalho; as singularidades e as pluralidades dos fenômenos abordados; os detalhes e os aspectos mais gerais; as nomenclaturas, categorias e vocabulários utilizados e constituídos pelos diferentes sujeitos que habitam os lugares visitados. Nas conversas, narrativas e reflexões sobre o campo nas supervisões, um aspecto importante é o modo como os estudantes descrevem os lugares e as incursões, os estranhamentos e contradições em relação ao que já conheciam, supunham ou imaginavam, as dúvidas e dificuldades enfrentadas.

Na volta das incursões a campo, buscamos que os grupos contem como foi a ida, relatando à sua maneira as experiências que tiveram no percurso, nos lugares, nas incursões, no encontro com outros atores sociais. Esse modo de fazer acaba convidando-os mais a se posicionarem no campo, como parte dele, do que a elencarem, pela fala, uma lista ou um conjunto de informações “sobre o observado”. Em seus relatos é comum a descrição de um surpreender-se frente ao que já supunham conhecer, aproximando a experiência de um ensaiar, de uma tensão entre estranhamento e familiaridade, de reflexões sobre contradições percebidas entre diferentes visões de mundo e, por vezes, do reconhecimento de alguns estereótipos e preconceitos partilhados. Temos aqui como horizontes questões como, por exemplo, o que perspectivam e o que vislumbram nas idas a campo?

A partir do próprio relato, das perguntas dos colegas e do supervisor, busca-se a possibilidade de sustentar a procura, a impaciência, a invenção e a reivindicação; a possibilidade de crítica e criação; as condições de debater democraticamente e de participar de trabalhos em grupo; o desacomodamento frente às determinações sociais e históricas; o problematizar tais determinações e ideologias subjacentes; o colocar em questão e constituir reflexões acerca da busca de soluções pré-fabricadas e pré-determinadas, acima ou ao largo dos contextos sócio-históricos e culturais (FREIRE, 1969; MARTÍN-BARÓ, 1983).

Nesse contexto, as supervisões e os grupos que se constituem têm se apresentado como sustentação e troca entre os participantes (estudantes e equipe do CPAT), em que se abre a possibilidade de experienciar certos deslocamentos de posições e visões estabelecidas anteriormente sobre os temas e lugares referentes ao mundo do trabalho, e de se abrigar e tematizar a tensão entre uma disposição para abertura e indefinições na

ida a campo e a expectativa de direcionamento para realização do trabalho de campo, com procedimentos já estabelecidos *a priori*.

Nesse processo, pode se constituir a experiência de os estudantes terem suas visões, singulares ou compartilhadas, colocadas em questão; de revisitarem pressupostos; de serem instigadas novas leituras; de considerarem as dificuldades e a complexidade dos lugares e temas visitados; de se aproximarem de formas contra-hegemônicas de pensar e julgar; de reconhecerem ao mesmo tempo os saberes e os enigmas acerca dos temas ou lugares escolhidos. A ética é constituída a partir da reflexão e não das normas-padrões e procedimentos, o que requer um tempo em que não necessariamente preenchemos com o conteúdo todo estipulado, e em que se tomam o espantar-se e o interrogar-se como momentos para compreensão e reflexão. Aqui o processo de formação, e o como e em que condições ele se dá, são aspectos importantes da supervisão, além do próprio conteúdo que se pretende abordar.

A supervisão é entendida, desse modo, ao mesmo tempo como um trabalho (ARENDR, 2000) e um lugar de formação e debate que propicia o pensar e a reflexão (ARENDR, 2010; CHAUI, 2005), o que se coloca como possibilidade e desafio não só para os estudantes, mas também para a equipe de supervisores.

Encaramos nesse trabalho e nesse lugar uma linha tênue entre a importância de fundamentações e debates mínimos na preparação para ida a campo e a ideia, por vezes trazida pelos estudantes, de “não estarem preparados”. Nesse contexto, encaramos o estranhamento e por vezes medo dos estudantes nas incursões a campo, tomadas como algo “novo” na formação, e realizamos o trabalho necessário de perguntar, apontar e problematizar o não reconhecimento de saberes e experiências anteriores e o ideário de que há caminhos pré-determinados que os tornarão prontos e acabados para o fazer em campo, como se não houvessem desconhecimentos ou dilemas.

A supervisão é ainda tomada como lugar de apreensão e debate das fundamentações teóricas que sustentam as escolhas metodológicas para realização das incursões a campo, pesquisas e intervenções, e os horizontes, princípios e questões éticas e políticas envolvidas. Nesse percurso, é preciso considerar a tensão e a contradição que experienciamos constantemente entre a possibilidade de interrogação, inquietação e interlocução e a busca de controle e formatação a que a psicologia, como outras ciências, se propõe. Nesse trabalho, feito entre a equipe e os estudantes, deparamo-nos com a criticidade possível em psicologia social do trabalho e a solicitação

recorrente de visões homogêneas, de educação massificada e ênfase no saber competente e nas especialidades, presente na academia e no próprio campo da psicologia social do trabalho.

Deparamo-nos com os embates e contradições diante das fórmulas gerais e das prescrições tomadas pelos estudantes como suas, ensejando a reflexão necessária acerca de nossa própria condição, ambígua e ambivalente, nos processos de massificação em educação (BENJAMIN, 1994; FREIRE, 2002; MATOS, 2006; SILVA, 2001). Situamo-nos paradoxalmente entre a criticidade e a repetição; a ruptura e a reprodução; a fundamentação teórico-metodológica como ponto de partida e a aplicação indiscriminada de técnicas e procedimentos como desprendidos de concepções e apartados de teorias (separação ciência teórica e ciência aplicada); a utilização de recursos como meios e a utilidade de recursos como fins em si mesmos; a tessitura de inter-relações metodologia e teoria e a definição da metodologia como algo em si (a-histórica e a-cultural); a ciência tomada como mais um saber possível e a ciência como a Verdade e a Certeza; o campo científico como político e a ciência como neutra e imparcial; a problematização do campo científico e suas relações históricas, sociais e culturais e o projeto moderno da ciência e a noção de ciência como progresso (BENJAMIN, 1991; BHABHA, 1998; LATOUR, 2009).

A interlocução entre os estudantes e os supervisores tem ainda o sentido de construir modos de participação no processo formativo, em que se possa estar implicado na vida comum, e de buscar a responsabilidade política e social dos seres humanos no mundo, mas também supõe, por outro lado, o reconhecimento das assimetrias existentes, na busca de constituição de relações mais democráticas na construção de modos de fazer e de saberes (FREIRE, 2002; SCHMIDT, 2006; SANTOS, 2005; SAVIANI, 1984). Para tanto, o tema do ajustamento torna-se questão (CROCHÍK, 2003), tanto para se pensar sobre os outros como em relação a nós mesmos e nossa própria condição de silenciamento e busca de homogeneização e apaziguamento, bem como também são tematizados os limites e as possibilidades de sustentação de tensões e diversidades no campo da psicologia social do trabalho.

Esses aspectos do processo e da experiência de formação e trabalho são ainda trocados e debatidos entre os grupos de estudantes de diferentes grupos de supervisão por meio de um encontro final em que estes apresentam o trabalho realizado em uma mostra, seja com pôsteres, seja em exposição fotográfica, em um espaço aberto do

IPUSP. Também no encerramento das supervisões é realizada uma conversa em grupo para considerações sobre a prática em psicologia social do trabalho desenvolvida no decorrer do semestre. Além disso, os próprios supervisores trocam experiências e debatem questões sobre a formação em reuniões de equipe do CPAT e em outros espaços informais.

3.4. Desdobramentos e demais atividades desenvolvidas: projetos de pesquisa e “intervenção”

Após essa primeira experiência, abre-se a possibilidade, nas demais disciplinas em articulação com o CPAT, de os estudantes desenvolverem, em grupo, duplas ou individualmente, alguma pesquisa ou projeto de intervenção em determinados locais de trabalho na cidade ou junto a grupos de trabalhadores.

As atividades de pesquisa propriamente dita envolvem o aprofundamento da investigação a partir de uma questão ou de um problema. A pesquisa é guiada por essa pergunta, por isso ela já não tem um caráter exclusivo de exploração e pode ser a tentativa de responder a uma questão teórica, por exemplo. De um modo geral, a atividade de pesquisa pode acontecer em disciplinas optativas da área de trabalho, de pesquisa ou de estágio supervisionado. Embora cada disciplina dure um semestre, os projetos podem ter continuidade no semestre seguinte em outra disciplina. Para além das disciplinas, não é incomum a permanência dos estudantes nos projetos, que, em alguns casos, inspiram o delineamento de pesquisa na pós-graduação, em projetos de mestrado, doutorado ou pós-doutorado.

As pesquisas são norteadas por temas contemporâneos, com vistas tanto a abrigar novas facetas no campo da psicologia social do trabalho como a trazer contribuições da psicologia social do trabalho para compreensão destes temas.

Como elementos privilegiados na escolha do que estudar no mundo do trabalho temos: os distintos processos organizativos; os problemas humanos no trabalho; o compromisso com os trabalhadores e não voltado à gestão; o reconhecimento das diversas formas de trabalho que não se reduzem à indústria e ao mercado “regulado”; os diferentes circuitos econômicos existentes nos países capitalistas periféricos, em especial na América Latina e no Brasil; os temas relacionados à vida de diferentes atores e classes sociais, em especial aqueles relacionados à maioria da população brasileira; as tessituras entre cultura e mundo do trabalho (DIAS, 2002; IANNI, 1996;

MARTÍN-BARBERO, 2004; M. SANTOS, 2004; SOUZA; CUNHA; DAKUZAKU, 2003; SPINK, 2009).

Como exemplos de pesquisas, temos: os estudos a respeito do trabalho de camelôs em uma rua de intenso comércio na cidade de São Paulo no fim da década de 1990; a inserção de pessoas com deficiência no mundo do trabalho no início dos anos 2000; o trabalho de artistas de rua na avenida paulista no fim dos anos 2009, início de 2010.

Essas pesquisas tiveram em comum o fato de trazerem para o campo da psicologia discussões e temáticas pouco abordadas nesse campo, apesar de suas relevâncias sociais e da necessidade de compreensão cada vez mais premente de seus aspectos psicossociais, tanto para outras pesquisas como para projetos voltados a esses atores sociais.

As pesquisas desenvolvidas no CPAT articulam-se diretamente à formação dos estudantes em geral de três modos.

Um deles relaciona-se a proposições feitas pelos estudantes de um tema específico por eles definido a partir de experiências, reflexões ou interesses construídos como desdobramento da atividade prática realizada na disciplina obrigatória. Como exemplo, temos a pesquisa desenvolvida em 2009 e 2010 sobre artistas de rua que trabalham na avenida Paulista e as relações entre arte, trabalho e rua, marcadas pela questão da urbanidade e elementos específicos da cidade de São Paulo e sua história, cujos desdobramentos, dentre outros, problematizaram a própria denominação “artista de rua” e trouxeram aspectos da polifonia e polissemia da arte e da rua, e das imbricações e distinções entre arte e trabalho (MARIN; HUEB; NEVES, 2011).

No outro modo, trata-se de temas amplos definidos anteriormente pela equipe do CPAT a partir de questões contemporâneas ou candentes sobre o mundo do trabalho, mas cujo desenho, recorte, local da pesquisa e outras especificações são definidos tantos por integrantes do CPAT como por estudantes. São estudantes que têm interesse mais geral na área de psicologia social do trabalho e que procuram o CPAT para desenvolver uma pesquisa na área. Um exemplo foi o estudo proposto pelo CPAT a respeito do trabalho dos camelôs, e que se realizou como uma pesquisa (definida pelos estudantes em conjunto com a equipe do CPAT em supervisão) sobre histórias de trabalho e processos organizativos em uma determinada rua de intenso comércio na cidade de São

Paulo, depreendendo-se, dessa pesquisa, aspectos das relações e tensionamentos entre os chamados mercados formal e “informal” de trabalho (SALVITTI et al., 1999).

A terceira maneira refere-se a pesquisas definidas pela equipe do CPAT previamente, tanto sobre o recorte específico a ser apreendido do tema como na definição do local e proposta de metodologia. Nesses casos, é a equipe do CPAT que faz os contatos iniciais com os atores e lugares onde a pesquisa será desenvolvida. Essas pesquisas podem ocorrer também como trabalhos conjuntos entre o CPAT e outras instituições públicas, sindicatos ou grupos de trabalhadoras ou trabalhadores. Nessa situação, os estudantes escolhem participar da pesquisa por um interesse mais específico no tema, questão ou problema proposto pelo CPAT. Nesse contexto, os estudantes integram a equipe de pesquisa, discutindo e participando conjuntamente de leituras e debates sobre o tema, questão ou problema, a respeito do local a ser conhecido, e sobre a metodologia a ser adotada na pesquisa. Como exemplo temos uma pesquisa sobre a inserção de pessoas com deficiência no chamado mercado formal de trabalho e que ocorreu em uma empresa que já realizava contratação de pessoas com surdez antes da vigência da legislação atual. Dessa pesquisa abriram-se os seguintes aspectos: preconceito e estigma a respeito da deficiência; as questões do mundo do trabalho contemporâneo e os seus atravessamentos na inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho; a importância de transformação das condições, processos e relações de trabalho nas organizações e instituições para a realização do trabalho por pessoas com deficiência (RIBEIRO; RIBEIRO, 2009).

Importante notar que o conjunto de pesquisas realizadas e desenvolvidas, por sua vez, pode subsidiar futuros projetos de intervenção ou cursos de formação, além de nutrir novas reflexões entre a equipe do CPAT e novas discussões junto a outras gerações de estudantes de graduação que serão formadas também pelo CPAT (OLIVEIRA; ESTEVES; BERNARDO; SATO, 2015). Elementos e fragmentos dessa história acabam sendo trazidos pela equipe nas supervisões de outros grupos de estudantes, em relatos trocados entre os estudantes e em publicações escritas.

Em relação aos projetos de intervenção, por sua vez, há também distintas inserções dos estudantes. Em alguns casos os estudantes propõem ao CPAT um projeto e desenvolvem-no sob supervisão de um integrante da equipe do CPAT; em outros, trata-se de um projeto do centro em que os estudantes entram como membros da equipe.

O CPAT trabalha com a solicitação de instituições públicas, de organizações, de grupos de trabalhadoras e trabalhadores e de movimentos sociais, após compreensão e interpretação das questões apresentadas por eles. Em geral são instituições públicas, sindicatos e grupos de trabalhadoras(es) e, eventualmente, organizações privadas. As conversas realizadas com as instituições, organizações ou grupos permitem identificar se o projeto possibilitará uma experiência de formação do estudante ou não.

A assunção do projeto pelo CPAT depende de negociações com as instituições públicas, organizações ou grupos, que, em geral, trazem uma demanda pontual para conter alguma questão que se apresenta, tais como: “conflitos interpessoais”, “treinamento motivacional”, “atendimento psicológico individual para trabalhadores” que apresentam “problemas de saúde”, dentre outras. Em algumas situações há demandas por: compreensão de diferentes modelos e formas de organização; aproximação de processos coletivos de trabalho; questões relativas à saúde do trabalhador; estudo de processos autogestionários e formação de empreendimentos de economia solidária; apoio a grupos autogeridos; reflexão sobre processos de participação; além de solicitações de supervisão institucional. Cabe apontar que a diversidade de demandas e pedidos que chegam ao CPAT também está marcada pela diferença entre aquilo que é solicitado às vezes por quem já conhece nossa atuação e o que é solicitado por quem chega pela primeira vez, além das diferentes visões, posições e expectativas existentes entre grupos distintos, movimentos, instituições e organizações sobre o campo da psicologia que se debruça sobre o mundo do trabalho e das organizações.

Esses processos de conversa e negociação entre a equipe do CPAT e quem procura o centro para um projeto de intervenção passam por um conjunto de reuniões que procuram instituir uma reinterpretação da forma de trabalho do psicólogo. Essa experiência, por si só, promove uma modificação sensível nas visões sobre o trabalho do psicólogo nas instituições públicas, nas organizações, sindicatos e junto a grupos de trabalhadores e movimentos sociais.

Após essas negociações e construído o interesse mútuo entre o CPAT e a instituição pública, os grupos de trabalhadores ou demais organizações e movimentos, é desenvolvido um projeto que leva em consideração a formação dos estudantes de graduação.

Busca-se que os estudantes acompanhem ao máximo possível o processo todo do projeto, desde os primeiros contatos, as incursões ao local, a elaboração de uma proposta, a participação de reuniões e conversas, a realização de leituras e discussões sobre os aspectos teórico-metodológicos relacionados, o desenvolvimento da proposta e as reuniões de apresentação e debate do trabalho realizado na instituição ou organização, ou com determinados grupos ou movimentos sociais.

Tais projetos de intervenção sempre supõem, em sua consecução, por um lado, um processo de compreensão e interpretação das realidades locais e suas interfaces com distintos aspectos do mundo do trabalho. Nesse sentido, comportam também um pesquisar. Por outro lado, conferem relevo à heterogeneidade de visões e práticas, à importância da interlocução com diferentes atores sociais e ao princípio de participação dos trabalhadores no processo de realização do projeto de intervenção.

Os projetos desenvolvidos partem de demandas e pedidos que chegam ao CPAT, mas que não são atendidos a partir de seu valor facial, isto é, o modo de responder às demandas depende da análise feita pelos membros do centro. Assim, configuram-se como estudos de caso realizados *in loco*.

Por exemplo, são comuns as demandas para resolução de “problemas interpessoais” nas organizações ou instituições (resolução de conflitos ou apaziguamento). Essas demandas se produzem em certos contextos de relações de poder, configuração de papéis e relações institucionais dos quais os “problemas interpessoais” são apenas um desdobramento, sinal ou vestígio. Compreendemos que essas manifestações têm relação com o trabalho, os processos organizativos (que remetem ao cotidiano) e a estrutura de cada instituição pública ou organização. As intervenções, então, partem de uma análise do processo de trabalho e da priorização de ações sobre o funcionamento e a estrutura nos locais de trabalho, na perspectiva de “mudar o trabalho”, isto é, mudar as condições e as relações de trabalho, colocando-se em questão as relações de poder. Desse modo, a intervenção tem o sentido de problematização e proposição de mudanças nas condições de vida e trabalho.

Há uma preocupação com o cotidiano de trabalho e com a versão dos próprios trabalhadores sobre as demandas e as condições de trabalho (SATO; OLIVEIRA, 2008; ODDONE et al., 1986), considerando-se que os trabalhadores possuem conhecimentos construídos a partir do cotidiano e das experiências de trabalho, diversos dos compartilhados por outros atores sociais, e que desenvolvem práticas e formas de lidar,

sejam individuais, sejam coletivas, que modificam o trabalho prescrito, mais aproximadas das realidades do trabalho (DANIELLOU; LAVILLE; TEIGER, 1989; SATO, 2002; SINGER; SOUZA, 2000). Ao se compreender o mundo do trabalho, por sua vez, como conflituoso e não harmônico, é necessário interpretar as diferentes posições, visões, discursos e práticas existentes, sustentando, na medida do possível, sua complexidade, ambiguidades e ambivalências.

São intervenções que traduzem os acontecimentos, analisando seus determinantes, denunciam as contradições (aquilo que não se quer ver, que não é dito ou que é calado pelas relações de poder) e explicitam a necessidade de mudanças. Isso caracteriza a postura e a ética que compreendemos como fundamentais ao psicólogo: sem fazer concessões aos lugares de poder. Isso também inclui não fornecer soluções prontas e fechadas, como os clássicos pacotes, na medida em que o objetivo da intervenção é mostrar que as pessoas têm o que falar sobre como mudar o seu próprio trabalho, têm conhecimento produzido cotidianamente sobre sua atividade, o que convoca tensões e negociações.

Além da compreensão e interpretação dos contextos de trabalho, os projetos realizados em instituições ou organizações incluem o debate das concepções teóricas e das diferentes metodologias que ajudam os atores da situação na compreensão de determinado problema em seu trabalho e podem potencializar futuras ações promovidas pelos próprios atores sobre essas situações e condições de trabalho.

Não se trata, portanto, de responder imediatamente às demandas sociais ou do Estado que chegam ao CPAT, mas fazê-lo de modo mediado, para compreender os contextos e processos de produção desses pedidos, refletir sobre eles de modo crítico, e estabelecer interlocuções possíveis e sustentadas entre o CPAT e as instituições, grupos ou organizações, considerando diferenças e semelhanças entre seus *modos operandi* e visões de mundo (SILVA, 2001).

4. As costuras entre formação, pesquisa e “extensão”

É a partir dessas atividades e projetos que se busca instituir o tripé no qual as universidades devem se apoiar, de formação, pesquisa e “extensão”.⁵

O elemento central desse tripé é a sua indissociabilidade. A indissociabilidade formação-pesquisa-extensão ancora-se na perspectiva de uma atuação pautada na ética, no posicionamento político, na compreensão mais complexa de determinadas

realidades, dentre outros aspectos. A formação do psicólogo solicita que se extrapole (em muito) a reprodução do conhecimento, em razão das questões que se apresentam na contemporaneidade e alteram a própria vida em sociedade.

O desenvolvimento do olhar científico na condução de pesquisas e intervenções tem por propósito: desenvolver condições adequadas aos estudantes para sustentarem suas práticas em distintos contextos, e garantir uma atuação capaz de vislumbrar e sustentar as interfaces, relações e tensões sujeito-mundo; identificar e considerar especificidades locais e suas tessituras sociais, históricas e culturais; problematizar as teorias de ajustamento e as concepções que atrelam a características pessoais a determinação por acidentes e adoecimentos de trabalho, desemprego, condições precárias de vida e de trabalho etc.; debater criticamente visões que reduzem as tensões no mundo do trabalho a conflitos interpessoais e que professam a importância de adequação dos indivíduos às configurações do mercado de trabalho e às suas constantes transformações; desconstruir a noção de ciência aplicada e das técnicas como instrumentos neutros e absolutos, apartados da vida social e política e a-históricos; compreender e interferir em processos de desigualdade social; ter como horizonte os direitos sociais e políticos.

Busca-se ainda que a participação dos estudantes nos diversos projetos, de pesquisa e de extensão, seja condizente com os princípios de autonomia do saber, reflexão, formação crítica e plural, criação, democracia e democratização dos saberes (CHAUI, 2001b). É nessa perspectiva que a formação oferecida pelo CPAT introduz, como campo teórico e prático, a experimentação da construção de novos conhecimentos em distintos contextos, retomando a compreensão dos estudantes, pautada no senso comum que, a partir das incursões ao campo são reinterpretadas, teorizadas e debatidas, abrigando novos saberes, perspectivas e interrogações (HELLER; 2004; BERGER; LUCKMANN, 2005).

Nesse sentido, as supervisões das pesquisas e dos projetos de intervenção se configuram como o encontro e o embate entre o conhecimento teórico formal sobre o trabalho e as vivências e os modelos que trazem os estudantes de sua própria experiência. A supervisão tenta fazer pontes entre esses dois tipos de conhecimentos, procurando circunscrevê-los em seus contextos e buscando compreender os processos que subjazem a sua produção e a produção dos fenômenos do trabalho. As permanentes incursões a campo, informadas pela teoria e pela experiência prévia, alimentam esse

processo, trazendo da realidade elementos que reconfiguram os modos de compreensão do mundo do trabalho e das organizações e permitem reconhecer novos fenômenos, tanto para os supervisores quanto para os estudantes. Esse processo tem permitido a construção de novos conhecimentos teórico-metodológicos que têm sido divulgados em periódicos e reuniões científicas, alargando a percepção e interpretação dos fenômenos do trabalho no mundo contemporâneo. Ao final, revela-se um processo do qual a atividade de pesquisa toma parte e articula-se com os projetos de extensão e a formação dos alunos, e consolida a produção de saberes (OLIVEIRA et al., 2015).

Para apoiar esse debate e a compreensão do ponto de vista que partilhamos, podemos tomar como exemplo de articulação e conjugação entre formação, pesquisa e extensão nossas atividades voltadas para a problemática do desemprego no meio da década de 1990 e na de 2000.

A partir de algumas pesquisas feitas em caráter de atividade de estágio, buscando investigar as estratégias de sobrevivência dos desempregados (AZEVEDO et al., 1998), as formas de compreensão do desemprego, imaginando que isso interferiria nas ações de enfrentamento (NEVES et al., 1998), e outros espaços sociais que se constituiriam com espaços de apoio não específicos para os desempregados (ACKERMANN et al., 2005; TERRA et al., 2006), percebemos as diversas compreensões existentes sobre o desemprego e as diferentes e híbridas práticas de enfrentamento do problema. Essas e outras pesquisas (BATISTA, 2005; COSTA, 2005; LAUTIER; PEREIRA, 1994; NEVES, 2006; SINGER, 1998) chamaram a atenção para a complexidade de posicionamentos diante do fenômeno e para as variadas formas de lidar com o desemprego, incluindo formas de trabalho que fogem aos padrões convencionais.

Parte desses estudos, por sua vez, propiciou constituir um conjunto de saberes e indagações que fomentaram o estabelecimento de um projeto conjunto com outro serviço de extensão do IPUSP. No fim da década de 1990, foi constatada pela equipe do Serviço de Aconselhamento Psicológico (SAP) da USP uma grande afluência de pessoas desempregadas, o que levou o serviço a procurar uma interlocução com o CPAT (SATO; SCHMIDT, 2004). A questão que se colocava naquele momento era: como lidar com essa demanda sem torná-la um problema individual, o que desconsidera o contexto em que a pessoa vive e seu modo de inserção no mundo do trabalho? (SCHMIDT, 2004).

Nesse trabalho conjunto, ouvir os desempregados permitiu reconhecer como o trabalho é central na vida dessas pessoas e conhecer os desdobramentos que o desemprego tinha para suas vidas. Foi pelas suas falas que percebemos, por exemplo, a intensificação do trabalho para quem não está desempregado e a precarização das condições de vida de quem estava desempregado, o que significa que, por outros caminhos, o “horror econômico” atinge a todos e se reflete nas demandas que chegam a um serviço de aconselhamento (FORRESTER, 1997). Tais percepções possibilitaram tanto a modificação de parte dos registros de quem era atendido no serviço como o debate e a constituição de formas de acolhimento e atendimento que contemplassem a realidade do desemprego e que tomassem o trabalho como tema dos mesmos. Esse projeto, ainda, desdobrou-se em encontros e debates sobre o desemprego tanto nas disciplinas de trabalho como nas de aconselhamento psicológico, junto a estudantes de graduação do 4º e 5º anos do IPUSP e, posteriormente, em outros cursos de graduação em psicologia (em universidades públicas e privadas).

O conhecimento advindo tanto das pesquisas como do projeto acima, por sua vez, permitiu que colaborássemos posteriormente com uma política pública de apoio aos desempregados (POCHMANN, 2002, 2003; SOUZA et al., 2003), com a análise do projeto do que era oferecido aos usuários de um serviço municipal, em uma assessoria na qual os saberes construídos pelos desempregados e suas histórias de trabalho passaram a ser considerados nas práticas de apoio a essa população, abandonando-se as cartilhas de conselhos padrões para desempregados (como se vestir, como falar em entrevistas, como preparar o currículo etc.).

Um último desdobramento desse processo refere-se aos esforços de construção de um modelo de atenção a trabalhadores desempregados (FARINA; NEVES, 2007). A construção desse modelo deu-se a partir da interlocução e trabalho conjunto entre a equipe do CPAT⁶ e a equipe de profissionais do Programa São Paulo Inclui⁷, da Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade, da Prefeitura Municipal de São Paulo, em 2003 e 2004, no governo de Marta Suplicy.

Através deste convênio e da interlocução construída entre a equipe do Programa e a do CPAT, foram elaboradas e constituídas diversas atividades, dentre elas, quatro grupos com pessoas desempregadas, nesse caso específico, com mais de 40 anos, pertencentes a famílias com baixa renda e cadastradas no Programa, grupos estes realizados e também elaborados por estudantes⁸ do quinto ano que faziam estágio no

CPAT, como atividade curricular vinculada a então disciplina de dois semestres Seleção profissional. Foi igualmente a partir do trabalho e das discussões feitas pelos estudantes e do trabalho em conjunto com a equipe do Programa que foi possível esboçar com mais clareza uma proposta de atuação e pensá-la criticamente.

O convênio e a atuação dos estudantes foi marco importante para abrir de modo mais aprofundado no CPAT as questões relativas às políticas públicas de combate ao desemprego e as possibilidades e limites da atuação da psicologia nesse campo, em especial da psicologia social do trabalho. A partir dessa experiência, das possibilidades e dificuldades encontradas, pôde ser elaborada outra proposta de metodologia, intitulada posteriormente como “Projeto Desemprego”.

O projeto foi desenvolvido entre 2006 e 2009, pela equipe do CPAT e por estudantes de graduação, já estão vinculados ao novo currículo e disciplinas do IPUSP. Voltado à população desempregada, era estruturado entre sete e oito encontros que abordavam: apresentação mútua; desemprego como tema (compreensões, repercussões psicossociais e contextos sócio-históricos); percepções sobre o mundo do trabalho; histórias de trabalho; estratégias e táticas de geração de renda e trabalho; saberes e conhecimentos construídos nas trajetórias de vida e trabalho; busca de construção de uma possibilidade de trajetória de trabalho e geração de renda e seus limites. Para tanto se constituíram grupos formados por pessoas desempregadas, de várias classes sociais, gêneros, idades (acima de 24 anos de idade) e origens, moradores de diferentes localidades da cidade de São Paulo e da região metropolitana de São Paulo, com distintos períodos de desemprego.

A intenção desse projeto era: constituir um lugar de reflexão e acolhimento em relação ao desemprego enfrentado, problematizando visões culpabilizantes e individualizantes desse fenômeno; possibilitar troca de experiências entre os participantes; compartilhar histórias de vida e de trabalho, resignificando aspectos de suas trajetórias; debater as inter-relações formal e informal no mundo do trabalho; identificar e refletir sobre saberes, conhecimentos, táticas e estratégias constituídos nesses percursos; trazer informações sobre recursos e políticas públicas existentes e a respeito de modalidades de trabalho diversas; fomentar a constituição de redes de apoio; constituir-se como forma de suporte social e coletivo nas buscas de combate ao desemprego; identificar e refletir sobre os preconceitos enfrentados no mundo do trabalho e também sustentados por certas visões e práticas em psicologia, que incluíam

desde os atuais processos de seleção profissional até as diferentes formas de tratamento e cuidado em psicologia.

O conjunto de pesquisas e projetos desenvolvidos deram relevo à complexidade do fenômeno e romperam com visões que forçavam a padronização e estandarização da compreensão do desemprego e a visão de como deveria ser esse desempregado e certas políticas voltadas para esse sujeito. Elas abrigaram reflexões sobre as interfaces desemprego e outros aspectos do mundo do trabalho, situando-as em seus contextos sócio-históricos e identificando especificidades locais. Dessa maneira, rerepresentaram tanto novas roupagens para o ideário do trabalho como dignificador da humanidade quanto para as nuances e sutilezas de um trabalho maquinal.

Essas compreensões, interpretações e modos de fazer, por sua vez, propiciaram o desenho de um curso de extensão em 2009. O curso, denominado “Contribuições para a formação de profissionais que atuam junto a pessoas desempregadas: aspectos teóricos e metodologia de intervenção”, teve como objetivo contribuir para a formação de profissionais de diferentes áreas que atuam junto a pessoas desempregadas, através da reflexão sobre o fenômeno contemporâneo do desemprego e da apresentação e discussão da proposta de intervenção voltada para essa população, desenvolvida pelo CPAT. Ele foi realizado com a participação de profissionais de diversos órgãos e setores públicos (centros de referência em saúde do trabalhador, órgãos vinculados a secretarias do trabalho, centros de referência de assistência social), sindicalistas, integrante de entidade de fomento à economia solidária, profissionais vinculados a universidades e outras instituições de educação, membros de associações e integrantes de movimento social que atuavam junto à população desempregada.

Do curso, abriram-se possibilidades distintas de interlocução e atuação conjunta entre o CPAT e centros de referência em assistência social (CRAS) situados em municípios diversos do estado de São Paulo, na constituição de modos de saber e fazer relativos às formas de lidar com o desemprego, à temática do trabalho e à população desempregada que procurava os CRAS, público que enfrentava condições precárias de vida. Tais projetos trouxeram à cena as interrogações suscitadas pela política pública do sistema único de assistência social (SUAS) e as inter-relações mundo do trabalho, condições de vida e desigualdade social em variadas localidades, incluindo um conjunto de interfaces, quais sejam: relações de classe social, gênero e etnia; migração e deslocamentos na cidade e entre cidades; urbanidade e ruralidade.⁹ Propiciaram ainda a

tematização das tensões existentes entre desemprego, trabalho e ócio e o habitar diferentes locais das cidades.¹⁰ Tais visadas, por sua vez, suscitaram novas linhas de pesquisa e atuação no CPAT, junto com outras pesquisas (tais como trabalho dos camelôs; trabalho de catadores de materiais recicláveis; trabalho dos motoboys; trabalho de artistas de rua; trabalho em feiras), fomentaram a incorporação nos processos iniciais de formação, de modo mais intenso, do tema das cidades e da rua na interface com o mundo do trabalho.

5. Considerações finais

As atividades de formação aos estudantes referem-se à proposição, acompanhamento e supervisão de atividades práticas e de estágios na área realizadas junto ao CPAT, vinculadas a disciplinas obrigatórias e optativas do curso sobre os temas “trabalho” e “organizações”. É o intercâmbio entre o conteúdo das aulas teóricas dadas pelos professores da área e o debate e a realização de atividades de pesquisa e extensão pelos estudantes de graduação junto à equipe do Centro que possibilita ao CPAT fortalecer e tornar fecunda a complexa tarefa de estabelecer um diálogo entre teoria, metodologia e as práticas desenvolvidas em psicologia social do trabalho.

As atividades de intervenção desenvolvidas, por um lado, visam compreender certos fenômenos e questões enfrentados por trabalhadores e por distintas instituições e organizações e, por outro lado, a partir desta compreensão, propor diferentes formas de atuação aos estudantes. Tais atividades propostas encontram-se em um campo de debates e proposições em psicologia social que trazem à baila a questão da naturalização e hegemonia de certas práticas em psicologia (como o ideário de que todas as “práticas” em psicologia são atendimentos psicológicos nos moldes do consultório particular), propondo outros modos de atuação e interlocução com a sociedade, a partir das realidades locais, o que se distancia muito do modelo hegemônico tanto de clínica psicológica como da psicologia organizacional.

O conjunto de pesquisas desenvolvidas pelos estudantes e pela equipe do CPAT debruçam-se sobre os fenômenos dos chamados “mundos do trabalho” e das organizações, reconhecendo que seu papel acadêmico deve se dar também no sentido da produção de conhecimentos que tragam contribuições para reflexão e enfrentamento de questões sociais distintas e para formulação de novas práticas e campos de atuação. Tais pesquisas, cabe apontar, dão suporte à realização dos projetos de extensão realizados e

contribuem para a formação dos estudantes de graduação que desenvolvem atividades práticas e estágios junto ao CPAT.

Há uma interlocução entre os diferentes projetos e atividades do CPAT (extensão, pesquisa e formação), sem que nos especializemos em um único tema ou em um único modelo de intervenção, de modo que o conhecimento produzido em campo modifica e amplia o conteúdo da formação.

Nesses processos de formação, relacionados a atividades de intervenção e pesquisa, tomamos a psicologia que se volta ao tema do trabalho e das organizações como um campo de relações de poder e de conflito, o que exige um constante revisitar nas reflexões propostas por nós a partir da psicologia social do trabalho.

A intenção é propiciar uma formação que possibilite compreender, interpretar e problematizar diferentes realidades sociais relativas ao mundo do trabalho, contextualizando-as historicamente e atentando para interfaces, pontos de articulação, relações e tensões dos sujeitos no mundo. Não se trata de repetir e reproduzir um conjunto fixo de técnicas, mas de os estudantes aproximarem-se de diferentes abordagens metodológicas e recursos de intervenção e pesquisa para compreensão do campo da psicologia que se debruça sobre fenômenos e questões do mundo do trabalho e das organizações e desenharem, de forma crítica, diversas maneiras de atuação em contextos distintos.

Tais fundamentações teórico-metodológicas possibilitam aos estudantes buscar recursos e ferramentas mais pertinentes de pesquisa e atuação nesses contextos, tendo também como horizonte a possibilidade de construção e criação de novos recursos e ferramentas que apoiem ou auxiliem, como mediadores ou facilitadores, o desenvolvimento do trabalho proposto, em vez de apenas buscarem aplicar, indiscriminada e acriticamente, determinadas técnicas, colocando em questão e debate as formas de controle, força e autoritarismos que a técnica e a própria ciência podem produzir ou reproduzir.

Não se trata, portanto, de afirmar uma especialidade em psicologia, mas de sustentar a possibilidade de reflexões sobre certos modos de apreender e posicionar-se no mundo a partir de fenômenos e problemas do mundo do trabalho contemporâneo, o que solicita conversa e diálogo constantes com outras áreas.

Busca-se que os estudantes estejam atentos às questões que se colocam no cotidiano das relações de trabalho, as feições e realidades que permanecem

historicamente, a identificação de mudanças e inter-relações entre transformações e repetições, com uma perspectiva pautada na pesquisa e na participação para mobilizar esses contextos de modo a gerar interlocução, participação e construções coletivas junto com os (as) trabalhadores (as), tomados também como agentes de transformação (e não apenas de reprodução da ordem social), apontando e considerando a possibilidade de visões de mundo plurais e diversas e as desigualdades sociais e relações de poder existentes, possibilitando a crítica aos discursos correntes (CHAUI, 2001a; CLOT, 2010; ODDONE et al., 1986).

Nesse sentido, nosso horizonte e perspectivas estão voltados à formação geral do psicólogo (por isso há disciplinas obrigatórias que fazem parte do currículo e que introduzem as temáticas do trabalho) – e não a formatação de uma “escola” ou a defesa de uma especialidade –, o que implica trazer debates sobre o trabalho que são importantes para a formação de psicólogos que venham a desenvolver diferentes práticas sem qualquer área de atuação, mantendo a interface necessária entre pesquisa e intervenção, construindo conjuntamente suportes para os futuros psicólogos se interrogarem, refletirem e lidarem com a diversidade e complexidade de fenômenos e questões do mundo do trabalho e das organizações.

Referências

- ABRAMO, Helena Wendel. *Cenas Juvenis - punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Editora Scritta, 1994.
- ACHUTTI, Luiz Eduardo Robinson. *Fotoetnografia: um estudo de antropologia visual sobre cotidiano, lixo e trabalho*. Porto Alegre: Tomo Editorial e Palmarica, 1997.
- ACKERMANN, Katia; AMARAL, Mariana Almeida do; SILVA, Janaína Corazza Barreto; GERALDES, Antônio Leopoldo; LIMA, Tiago Novaes; LOMBARDI JÚNIOR, Márcio; MENDES, André; SCANDIUCCI, Guilherme. O desemprego do tempo: narrativas de trabalhadores desempregados em diferentes ambientes sociais. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, v. 8, n. 1, 2005, p. 1-27.
- ADUSP. Dossiê fundações (primeira parte), *Revista da Adusp*, n. 22, março 2001.
- _____. Dossiê fundações (segunda parte), *Revista da Adusp*, n. 23, setembro 2001.
- _____. *O controle ideológico na USP: 1964-1978*. São Paulo: Adusp, 2004.
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

- _____. *A vida do espírito*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- AZEVEDO, Juliana Telles de; BOGRE, Marcelo Calipo; BOMBARDI, Vanessa Mies; CHEN, Marcelo Clay; MAMPO, Eduardo Yuiti; MARTINS, Aparecida Norma; MORAES, Alexandre Lara de; SILVA, Ana Paula Oliveira e; SILVA, Maria de Fátima Neves da. As estratégias de sobrevivência e de busca de emprego adotadas pelos desempregados. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, n. 1, 1998, p. 15-42.
- BARROS, Denise Dias. *Itinerários da loucura em territórios dogon*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004.
- BATISTA, Neiza Cristina Santos. *Pegando fila... contando um pouco da cotidianidade do trabalhador desempregado na cidade de São Paulo*. Dissertação de Mestrado, Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.
- BATISTA, Juliana Thomaz; Diniz, Beatriz Ferraz. *Desemprego, geração de renda e trabalho em um Centro de Referência em Assistência Social*. Relatório final. São Paulo: CPAT-PST, setembro 2011. [digitado]
- BATISTA, Juliana Thomaz; Diniz, Beatriz Ferraz. “Trabalho” na boca do povo: intervenções no espaço público na Região Metropolitana de São Paulo. *Livro de Resumos do 16o. Encontro Nacional da Abrapso*. Recife: ABRAPSO, 2011. Disponível on line no endereço: www.encontro2011.abrapso.org.br/relatorio/cadernosresumos
- BENJAMIN, Walter. Teses sobre filosofia da história. In KHOTE, F. R. (org.). *Walter Benjamin*. São Paulo: Ática, 1991.
- _____. Pequena história da fotografia. In *Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Obras Escolhidas, volume II. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- _____. Experiência e pobreza. In *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomaz. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- BERNARDO, Marcia Hespanhol. *Discurso flexível, trabalho duro: o contraste entre o discurso de gestão empresarial e a vivência dos trabalhadores*. Tese de Doutorado. São Paulo: IPUSP, 2006.
- _____. Flexibilização do discurso de gestão como estratégia para legitimar o poder empresarial na era do toyotismo: uma discussão a partir da vivência de trabalhadores, *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, v. 12, n. 1, p. 93-109, 2009.
- BERNARDO, Marcia Hespanhol; OLIVEIRA, Fábio de; SOUZA, Heloisa Aparecida de; SOUSA, Caroline Cristiane de. Linhas paralelas: as distintas aproximações da Psicologia em relação ao trabalho. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, v. 34, n. 1, p. 15-24, 2017.
- BERNARDO; Marcia Hespanhol, SOUSA; Caroline Crisiane de, PIZÓN, Johanna Garrido; SOUZA, Heloisa Aparecida de. A práxis da psicologia social do

- trabalho: reflexões sobre possibilidades de intervenção. In COUTINHO, Maria Chaufin; FURTADO, Odair; RAITZ, Tânia Regina. (Orgs.), *Psicologia social e trabalho: perspectivas críticas* (p. 16-39). Florianópolis: Abrapso, 2015.
- BHABHA, Hommi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembrança dos velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. *O desencantamento do mundo: estruturas econômicas e estruturais temporais*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1979.
- _____. Compreender. In *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo, *Sociedade e Cultura*, n. 10, v. 1, p. 11-27, 2007.
- BRASIL. *Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962. Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo*. Brasília/DF: Câmara dos Deputados/Centro de Documentação e Informação, 27/08/1962.
- BRAVO, Manuel Alvarez. *Manuel Alvarez Bravo: fotopoesia*. Rio de Janeiro: IMS, 2011.
- BUSNARDO, Alice McCaffrey. Transformações no trabalho, luta operária e desenraizamento: a reestruturação produtiva no cotidiano e nas representações de trabalhadores metalúrgicos de uma empresa da região do ABC. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, n. 6, p. 15-34, 2003.
- CARDOSO, Irene. *A universidade da comunhão paulista*. São Paulo: Cortez, 1982.
- _____. O discurso da Universidade, *Tempo Social*, v. 11, n. 1, p. 49-65, 1999.
- CARVALHO, José Sérgio. *Reflexões sobre educação, formação e esfera pública*. Porto Alegre: Penso, 2013.
- CARVALHO, Maria do Carmo Reginato Gama de. *Fábrica: aspectos psicológicos do trabalho na linha de montagem*. Dissertação de mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.
- CERTEAU, Michel. de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- CHAUI, Marilena. Cultura do povo e autoritarismo das elites. In VALLE, E.; QUEIROZ, J. J. (Orgs.). *A cultura do povo*. São Paulo: Cortez/Instituto de Estudos Especiais, 1988.
- _____. *O que é ideologia?* São Paulo: Brasiliense, 1997.
- _____. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2001a.
- _____. *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: Ed. Unesp, 2001b.
- _____. A universidade pública sob nova perspectiva, *Revista brasileira de Educação*, n. 24, p. 5-15, 2003.
- _____. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São

- Paulo: Cortez Editora, 2005.
- CNE/CES (Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior). *Resolução nº 8, de 7 de maio de 2004. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia.* Diário Oficial da União, Brasília, 18 de maio de 2004, Seção 1, p. 16.
- Clot, Yves. *Trabalho e poder de agir.* Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.
- COLOSIO, Robson. *A formação e o trabalho do psicólogo em instituições públicas: uma proposta de análise institucional do vínculo.* Tese de Doutorado. São Paulo: IPUSP, 2012.
- COSTA, Mário de Souza. *Qualificação profissional e ideologia: estudo com trabalhadores desempregados em busca de emprego.* Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- CPAT. Centro de Psicologia Aplicada ao Trabalho. *Dossiê.* Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2001 [digitado].
- CROCHÍK, José León. O desencanto sedutor: a ideologia da racionalidade técnica, *Inter-Ação*, v. 28, n. 1, p. 15-35, 2003.
- CURY, Bruno de Moraes; FERREIRA NETO, João Leite. Do currículo mínimo às diretrizes curriculares: os estágios na formação do psicólogo. *Psicologia em Revista*, v. 20, n. 3, pp. 494-512, 2014.
- DANIELLOU, François; LAVILLE, Antoine; TEIGER, Catherine. Ficção e realidade do trabalho operário, *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, n. 17, p. 7-13, 1989.
- DAU, Denise Motta; RODRIGUES, Iram Jácome; CONCEIÇÃO, Jefferson José da. (orgs.). *Terceirização no Brasil: do discurso da inovação*, São Paulo: Annablume, 2009.
- DIAS. Allan Rodrigues. *Condições de vida, trajetórias e modos de “estar” e “ser” catador: estudo de trabalhadores que exercem atividade de coleta e venda de materiais recicláveis na cidade de Curitiba (PR).* Dissertação de Mestrado. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo/USP, São Paulo (mimeo), 2002.
- DINIZ, Beatriz Ferraz; BATISTA, Juliana Thomaz. Conversando sobre trabalho na sala de espera em um centro de referência em assistência social (CRAS). *Anais do I Simpósio Trabalhadores e a Produção Social.* Sumaré, 2011a. Disponível on line no endereço: www.simposioproducaosocial.org.br
- DINIZ, Beatriz Ferraz; BATISTA, Juliana Thomaz. Conversando sobre trabalho na sala de espera em um Centro de Referência em Assistência Social. *Livro de Resumos do 16o. Encontro Nacional da Abrapso.* Recife: ABRAPSO, 2011b. Disponível on line no endereço: <http://www.encontro2011.abrapso.org.br/relatorio/cadernoresumos>
- DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia. (orgs.). *A perda da razão social do trabalho: a terceirização e precarização.* São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- FARINA, Anete Souza; NEVES, Tatiana Freitas Stockler das. Formas de lidar com o desemprego: possibilidades e limites de um projeto de atuação em psicologia

- social do trabalho. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, n. 10, v. 1, p. 21-36, 2007.
- FELDMANN-BIANCO, Bela; LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. (Orgs.). *Desafios da imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais*. Campinas: Papirus, 1998.
- FERNANDES, Maria Inês Assumpção. Abandono das instituições: construção de políticas públicas e universidade. *Psicologia USP*, v. 12, n. 2, p. 11-28, 2001.
- FORRESTER, Viviane. *O horror econômico*. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.
- FREIRE, Paulo. Educação como prática de liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969
- _____. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- _____. *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.
- FREITAS, Sylvia Mara Pires de; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. A construção da pluralidade do conhecimento na formação e na prática do psicólogo no contexto do trabalho. *Aletheia*, n. 19, 2004, p. 75-88.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1989.
- _____. *O saber local. O saber local*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- GONÇALVES-FILHO, José Moura. *Passagem para a Vila Joanisa*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, USP, 1995.
- _____. *Humilhação Social: um problema político em Psicologia*, Revista *Psicologia USP*, v. 9, n. 2, p. 11-67, 1998.
- GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima; FREITAS, Sylvia Mara Pires de. A formação em psicologia no contexto do trabalho: análises de saberes e suas implicações políticas e sociais. *Barbarói*, Santa Cruz do Sul, n. 20, p. 29-60, 2004.
- HELLER, Agnès. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- HELOANI, Roberto. A identidade do psicólogo do trabalho em tempos de globalização. *Cadernos de Psicologia Social do trabalho*, v. 2, n. 1, 1999, p. 48-52.
- _____. *Gestão e organização no capitalismo organizado: história da manipulação psicológica*. São Paulo: Atlas, 2003.
- HOBBSBAWN, Eric. *Mundos do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. *A era do capital*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- IANNI, Otávio. *A idéia do Brasil moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- JACQUES, Maria da Graça Corrêa. O contexto histórico como produtor e produto do conhecimento: trajetória da psicologia do trabalho. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 4, n. 2, p. 64-70, 1989.
- LACAZ, Francisco Antonio de Castro. O campo Saúde do Trabalhador: resgatando conhecimentos e práticas sobre as relações trabalho-saúde, *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 4, p. 757-766, 2007.
- LAFARGUE, Paul. *O direito à preguiça*. São Paulo: Ed. Claridade, 2003.

- LATOURE, Bruno. *Jamais fomos modernos*. São Paulo: Editora 34, 2009.
- LAURELL, Asa Cristina; NORIEGA, Mariano. *Processo de produção e saúde: o desgaste operário*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Estudos de Saúde/São Paulo: Ed. Hucitec, 1989.
- LAUTIER, Bruno; PEREIRA, José Luiz. Representações sociais e construção do mercado de trabalho: empregadas domésticas e operários da construção civil na América Latina. *Cadernos CRH*, n. 21, p. 125-151, 1994.
- LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. Memória da Faculdade de Filosofia (1934-1994), *Estudos Avançados*, v. 8, n. 22, p. 167-177, 1994.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor; TORRES, Lilian de Lucca. *Na metrópole: textos de antropologia urbana*. São Paulo: EDUSP, 2008.
- MARCUSE, Herbert. *Cultura e sociedade*, v.2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- MARIN, Tiago; HUEB, Elisa. M.; NEVES, Tatiana Freitas Stockler das. A arte como trabalho na Avenida Paulista, *Mnemosine*, v. 7, n. 2, p. 134-165, 2011.
- MARTÍN-BARBERO, José. Uma agenda para a mudança do século. in *Ofício de Cartógrafo: travessias latino-americanas da comunicação na cultura*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- MARTÍN-BARÓ, Ignacio. (1983). *Acción y ideología: Psicología Social desde Centro América*. El Salvador: UCA Editores.
- MARX, Karl. *O capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- MATOS, Olgária. *Discretas esperanças: reflexões filosóficas sobre o mundo contemporâneo*. São Paulo: Editora Nova Alexandria, 2006.
- MATTOSO, Jorge Eduardo. Trabalho sob fogo cruzado. *São Paulo em Perspectiva*, v. 8, n. 1, p. 13-21, 1994.
- MELLO, Sylvia Leser de. *Trabalho e sobrevivência: mulheres do campo e da periferia de São Paulo*. São Paulo: Ed. Ática, 1988.
- _____. Currículo: quais mudanças ocorreram desde 1962? *Psicologia Ciência e Profissão*, v. 9, n. 1, p. 16-18, 1989.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *A fenomenologia da percepção*. Rio de Janeiro: Freitas Barros, 1971.
- MUNAMGA, Kabengele. *Estratégias e políticas de combate à discriminação racial*. São Paulo: Edusp/Estação Ciência, 1996.
- NAVARRO, Vera Lucia; PADILHA, Valquiria. Dilemas do trabalho no capitalismo contemporâneo, *Psicologia & Sociedade*, n. 19, Edição Especial 1, p. 14-20, 2007.
- NEVES, Tatiana Freitas Stockler das; ORTEGA, Cláudia de Almeida; BARRETO, Ricardo Azevedo; KIM, Catarina; MULLER, Eda; COSTA, Fernando Braga da; MASSOLA, Gustavo Martineli; DADICO, Luciana; BARROS, Ludimila Hashimoto; LOPES, Paulo S.; AMÊNDOLA, Márcia Ferreira; PIRES, Tilly Antônia Antão. Desemprego e ideologia: as explicações das causas do desemprego utilizadas por trabalhadores metalúrgicos. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, n. 1, p. 1-13, 1998.

- NEVES, Tatiana Freitas Stockler das. Vítimas ou culpados? O fio da navalha... In CAVALCANTI, Helenilda; BURITY, Joanildo (Orgs.), *1º Seminário Internacional Polifonia da miséria: uma construção de novos olhares*. Recife: Massangana, p. 71-84, 2002.
- _____. Ensaio sobre o desemprego: qualidades de um “novo” trabalhador? *Imaginário*, n. 13, p. 123-142, 2006.
- KOSSOY, Boris; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Um olhar sobre o Brasil: a fotografia na construção da imagem da nação - 1833-2003*. São Paulo: Objetiva, 2012.
- NOVO, Helerina Aparecida. A dimensão ético-afetiva das práticas sociais: algumas reflexões sobre a produção de conhecimentos em Psicologia. *Psicologia e Sociedade*, v. 10, n. 2, p. 95-104, 1998.
- NUNES, João Arriscado. Teoria crítica, cultura e ciência. O(s) espaço(s) e o(s) conhecimento(s) da globalização. In SANTOS, B. S. (org.). *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 2002.
- ODDONE, Ivar; MARRI, Gastone; GLORIA, Sandra; BRIANTE, Gianni; CHIATTELLA, Mariolina; RE, Alessandra. *Ambiente de trabalho: a luta dos trabalhadores pela saúde*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Estudos de Saúde. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.
- OLIVEIRA, Fábio de. *A construção social dos discursos sobre o acidente de trabalho*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: IPUSP, 1997.
- _____. A persistência da noção de ato inseguro e a construção da culpa: os discursos sobre acidente de trabalho em uma fábrica metalúrgica. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, v. 32, n. 115, p. 19-27, 2007.
- OLIVEIRA, Fábio de; ESTEVES, Egeu Gomes; BERNARDO, Marcia Hespanhol; SATO, Leny. Psychologie sociale du travail: rencontres entre recherche et intervention. *Bulletin de Psychologie*, v. 62, n. 2, p. 93-104, 2015.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *O trabalho do antropólogo* (2ª ed.). São Paulo: Unesp, 2000.
- ORTIZ, Renato. (org.). O campo científico. In *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1994.
- PATTO, Maria Helena Souza. *Mutações do cativo: escritos de psicologia e política*. São Paulo: Hacker Editores/Edusp, 2000.
- _____. (Org.). *A cidadania negada: políticas públicas e formas de viver*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.
- POCHMANN, Marcio. (Org.). *Desenvolvimento, trabalho e solidariedade: novos caminhos para a inclusão social*. São Paulo: Perseu Abramo/Cortez Editora, 2002.
- _____. (org.). *Outra cidade é possível: alternativas de inclusão social em São Paulo*. São Paulo: Cortez, 2003.
- PRILLELTENSKY, Isaac. *The moral and politics of psychological discourse and the status quo*. Albany, New York: State University of New York Press, 1994.
- RIBEIRO, Marcelo Afonso; RIBEIRO, Flávio. Gestão organizacional da diversidade: um estudo de caso de um programa de inclusão de pessoas com deficiência. In

- CARVALHO-FREITAS, Maria Nivalda; MARQUES, Antônio Luiz. (orgs.). *Trabalho e pessoas com deficiência: pesquisas, práticas e instrumentos de diagnóstico*. Curitiba: Juruá, 2009.
- RODRIGUES, Arackcy Martins. Processo produtivo e visão do trabalho entre supervisores de uma empresa automobilística, *Revista de Administração de Empresas*, v. 28, n. 3, p. 5-14, 1988.
- RUDÁ, Caio; COUTINHO, Denise; ALMEIDA-FILHO, Naomar de. Formação em psicologia no Brasil: o período do currículo mínimo (1962-2004). *Memorandum*, n. 29, p. 59-85, 2015.
- SADER, Éder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SALGADO, Sebastião. *Trabalhadores: uma arqueologia da era industrial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SALVITTI, Adriana; VIÉGAS, Lygia de Souza; MORTADA, Samir Pérez; TAVARES, Daniela Sanches. O trabalho do camelô: trajetória profissional e cotidiano. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, n. 2, p. 1-23, 1999.
- SAMPAIO, Jáder dos Reis. Psicologia do trabalho em três faces. In GOULART, I. B.; SAMPAIO, J. R. (orgs.), *Psicologia do trabalho e gestão de recursos humanos: estudos contemporâneos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.
- SANTOS, Milton. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos*. São Paulo: Edusp, 2004.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *A universidade no século XXI: por uma reforma universitária e emancipatória da Universidade*. São Paulo: Cortez, 2005.
- SATO, Leny. As implicações do conhecimento prático para a vigilância em saúde do trabalhador, *Cadernos de Saúde Pública*, v. 12, n. 4, p. 489-495, 1996.
- _____. Psicologia, saúde e trabalho: distintas construções dos objetos “trabalho” e “organizações”. In CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Org.), *Psicologia crítica do trabalho na sociedade contemporânea*. Brasília: CFP, 2010.
- SATO, Leny; BERNARDO, Marcia Hespanhol; COUTINHO, Maria Chaufin. (orgs.). *Psicologia social do trabalho*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- SATO, Leny; LACAZ, Francisco Antonio de Castro; BERNARDO, Marcia Hespanhol. Psicologia e saúde do trabalhador: práticas e investigações na Saúde Pública de São Paulo, *Estudos de Psicologia*, v. 11, n. 3, p. 281-288, 2006.
- SATO, Leny; OLIVEIRA, Fábio de. Compreender a gestão a partir do cotidiano de trabalho. *Aletheia*, v. 27, n. 1, p. 188-197, 2008.
- SATO, Leny; SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval. Psicologia do trabalho e psicologia clínica: um ensaio de articulação focalizando o desemprego. *Estudos de Psicologia*, v. 9, n. 2, p. 365-371, 2004.
- SAVIANI, Demerval; PATTO, Maria Helena Souza; GUEDES, Maria do carmo; SERIO, Teresa Maria pires de Azevedo; PESSOTI, Isaías; MALDOS, Paulo Roberto Martins; BOCK, Ana Mercês Bahia; MALVEZZI, Sigmar. Política

- educacional e formação do psicólogo, *Psicologia Ciência e Profissão*, v. 4, n. 2, p. 24-33, 1984.
- SAVIANI, Demerval. *Ensino público e algumas falas sobre universidade*. São Paulo: Cortez, 1984.
- SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval. (Org.). Dossiê Dante Moreira Leite, *Psicologia USP*, v. 11, n. 2, 2000.
- _____. Clínica psicológica, trabalho e desemprego: considerações teóricas. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, n. 7, p. 1-10, 2004.
- _____. Pesquisa participante: alteridade e comunidades interpretativas. *Psicologia USP*, v. 17, n. 2, p. 11-41, 2006.
- _____. Pesquisa participante e formação ética do pesquisador na área de saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 13, n. 2, p. 391-398, 2008.
- _____. Avaliação acadêmica, ideologia e poder, *Psicologia USP*, v. 22, n. 2, p. 315-334, 2011.
- SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; Neves, Tatiana Freitas Stockler das. *Dante Moreira Leite*. Rio de Janeiro: Imago, 2002.
- SILVA, Franklin Leopoldo e. Conhecimento e razão instrumental, *Psicologia USP*, v. 8, n. 1, p. 11-31, 1997.
- _____. A experiência universitária entre dois liberalismos, *Tempo Social*, v. 11, n. 1, p. 1-47, 1999.
- _____. A perda da experiência da formação na universidade contemporânea. *Tempo Social* (Dossiê Universidade e autonomia), *Revista Sociologia USP*, v. 13, n. 1, p. 27-37, 2001.
- _____. A universidade: a idéia e a história. *Estudos Avançados*, v. 20, n. 56, p. 191-202, 2006.
- SINGER, Paul. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Contexto, 1998.
- SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo. (orgs.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.
- SONTAG, Susan. *Diante da dor dos outros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- _____. *Sobre a fotografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- SOUZA, André Ricardo; CUNHA, Gabriela Cavalcanti; DAKUZAKU, Regina Yoneko. (orgs.). *Uma outra economia é possível: Paul Singer e a Economia Solidária*. São Paulo: Contexto, 2003.
- SOUZA-LOBO, Elizabeth. *A classe operária tem dois sexos*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2011.
- SOUZA, Paulo Gil; ALENCAR, Humberto de; OLIVEIRA, Patrícia Conceição Pires de; MINEMATSU, Fábio. O Programa São Paulo Inclui. In POCHMANN, M. (Org.). *Outra cidade é possível: alternativas de inclusão social em São Paulo*. São Paulo: Cortez, 2003.
- SPINK, Peter Kevin. Organização como fenômeno psicossocial: notas para uma

redefinição da psicologia do trabalho. *Psicologia & Sociedade*, v. 8, n. 1, p. 174-192, 1996.

_____. Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. *Psicologia & Sociedade*, v. 15, n. 2, P. 18-42, 2003.

_____. O pesquisador conversador no cotidiano. *Psicologia & Sociedade*, n. 20, Edição Especial, p. 70-77, 2008.

_____. Micro cadeias produtivas e a nanoeconomia: repensando o trabalho decente. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, v. 12, n. 2, 227-241, 2009.

TERRA, Carolina Passos; CARVALHO, Joari Aparecido Soares de; AZEVEDO, José Eduardo Assunção; VENEZIAN, Luciana de Albuquerque; MACHADO, Sérgio Bacchi. Desemprego: discurso e silenciamento – um estudo com clientes de um serviço de aconselhamento psicológico. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, v. 9, n. 1, p 33-51, 2006.

VERGER, Pierre Fatumbi. F. *Retratos da Bahia*. Salvador: Corrupio, 2005.

VERONESE, Marília Veríssimo Veronese; GUARESCHI, Pedrinho. Possibilidades solidárias e emancipatórias do trabalho: campo fértil para a prática da psicologia social crítica, *Psicologia & Sociedade*, v. 17, n. 2, p. 58-69, 2005.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, São Paulo: Pioneira, 1989.

Referências filmes citados:

A classe operária vai ao paraíso. Direção: Elio Petri. Itália: 1971. Distribuidora: Versatil. DVD (125 min), NSTC, col. Título original: *La classe operaia va in paradiso*.

O abraço corporativo. Direção: Ricardo Kauffman. Brasil: 2009. Produção: Idéia Forte. Co-Produção: Miração Filmes /Olhar Imaginário. Documentário. DVD (75 min), Digital, col.

Edifício Master. Direção: Eduardo Coutinho. Brasil: 2002. Distribuidora: Videofilmes/Bretz Filmes. DVD (110 min), NSTC, col.

Um homem com uma câmera. Direção: Dziga Vertov. União Soviética: 1929. Distribuidora: Continental. DVD (68 min), sil, p&b. Título original: *Chelovek s kino-apparatom*.

A questão humana. Direção: Nicolas Klotz. França: 2007. Distribuidora: Imovision. DVD (143 min), NSTC, col. Título original: *La question humaine*.

O que você faria? Direção: Marcelo Piñeyro. Argentina, Espanha, Itália: 2005. Distribuidora: Neo Editora. DVD (117 min), col. Título original: *El método*.

Rashomon. Direção: Akira Kurosawa. Japão, 1950. Distribuidora: Continental. DVD (88 min), ca., p&b. Título original: *Rashômon*.

Santiago. Direção: João Moreira Salles. Brasil: 2007. Distribuidora: Videofilmes. DVD

(79 min), NSTC, p&b e col.

Segunda-feira ao Sol. Direção: Fernando León de Aranoa. Espanha, França, Itália: 2002. Distribuidora: Casablanca Filmes. DVD (113 min), col. Título original: *Los Lunes al Sol*.

A verdade do gato. Direção: Jeremy Hamers. Bélgica: 2006. Documentário. DVD (52 min), Digital, col. Título original: *La part du chat*.

Tatiana Freitas Stockler das Neves
E-mail: taneves@usp.br

Fábio de Oliveira
E-mail: fabioliv@usp.br

Anete Souza Farina
E-mail: anete@usp.br

Flávio Ribeiro
E-mail: fribeiro@usp.br

Centro de Psicologia Aplicada ao Trabalho (CPAT) do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

1Instituições de Ensino Superior.

2 Como exemplos, Ecléa Bosi (1983), Sylvia Leser de Mello (1988) e José Moura Gonçalves-Filho (1995).

3Cabe aqui uma cautela: a chamada “psicologia social do trabalho” engloba pressupostos que não são necessariamente idênticos, mas que têm em comum certa forma de compreender os seres humanos, o mundo do trabalho e suas diversas facetas, aqui apresentados brevemente. Com isso, ressalta-se o cuidado de não buscar simplesmente homogeneizá-la, como se se tratasse de um corpo só, único. Como exemplos, em São Paulo, pode-se citar Maria Carvalho (1987), Arackcy Martins-Rodrigues (1988) e Peter Spink (1996). Porém, no recorte feito nesse artigo, optou-se por não realizar tal discussão e detalhamento, trazendo apenas aspectos comuns a essa abordagem.

4A esse respeito, ver Chauí (2005) e Spink (1996).

5 O termo extensão carrega tanto o sentido de uma universidade que deve se estender à sociedade aplicando seus conhecimentos como a de uma sociedade que deve trazer à universidade suas “necessidades”. Busca-se debater tais concepções e aproximar aquilo que é denominado de extensão universitária a atividades gratuitas que visem certa interlocução possível entre a universidade e os diferentes atores sociais (e suas assimetrias, contradições e tensões). (CHAUI, 2001b; FREIRE, 2010).

6 Participavam da equipe do CPAT nesse período os psicólogos e pesquisadores Allan Rodrigues Dias, Débora Amaral Audi, Guilherme Gibran Pogibin, Joari Aparecido Soares de Carvalho, Kátia Ackermann e Mariana Almeida de Amaral.

7 Integravam a Secretaria e foram interlocutores e parceiros constantes no projeto Guilherme Scandiucci, Nina Nazário, Patrícia Conceição Pires de Oliveira e Paulo Souza Gil.

8 Foram organizadas equipes entre os estudantes para desenvolver o trabalho, tanto no grupo como fora dele. Compuseram essas equipes em 2003: Alessandra Antônio Villa Bôas, Alexandre de Souza Pine, Danielle Misumi Watanabe, Deise Akemi Castelluccio, Elisa Corbett, Erika Oliveira Lino dos Santos, Fabiana Isiara Matsuda, Ilana Setton, Katia Irie Teruya, Luís Henrique de Oliveira, Marcia Bombardi

Pires de Oliveira, Marcio Gonçalves Araújo, Maria Carolina Cordeiro Campos, Mariana Rossi de Lima, Marina Botteon Bergamas, Marina Fibe de Cicco, Matias Rennó Jelen, Reinaldo Koei Yonamine, Ricardo Franco Lemos, Roberta Grasso Cecara, Tânia Possani, Thaís Saul Nazar, Vânia Dias de Castro, William Katayama. Em 2004: Alessandra Rosa Schönwald Andrezza Mattar, Camila Lousana Pavanelli, Christian Carbone Matos, Cristiana Rie Nomura, Daniela Reigotta Valverde de Almeida, Débora Chammas, Denise Zakabi, Eduardo Caron, Evelyn Madeira, Gigliana Seixas Lima, Inês Tomsic, Igor Zago Biasetti, Isabel Botter, Larissa Patti Gomes de Jesus, Letícia Vizoli, Lucimara Silva de Souza, Márcio Toshio Murakoshi, Marcos Milazzo dos Santos, Marcos Takashi Yamada, Maria Galvão Rios, Mariana Araújo Stefanini, Mariane Ceron, Matias M. Mickenhagen, Renata Galves Merino, Roberto R. Hryniewicz, Ricardo Hissashi Sakamoto, Rodrigo Carvalho do Rego Barros, Tatiana Rodrigues Matos, Uriama Toledo de Menezes.

9 Um dos projetos consistiu na formação de equipes de assistentes sociais e psicólogos de um conjunto de CRAS de um município do estado de São Paulo, com relação ao Projeto Desemprego, pela equipe de psicólogos do CPAT, em 2010. O outro projeto foi desenvolvido por Beatriz Ferraz Diniz e Juliana Thomaz Batista, na época estudantes de graduação do IPUSP, sob supervisão de Luís Fernando Saraiva (pelo CRAS) e Tatiana F. S. Neves (pelo CPAT) e em 2010 e 2011 (BATISTA; DINIZ, 2011; DINIZ; BATISTA, 2011). Tal projeto foi denominado “Desemprego, geração de renda e trabalho em um CRAS”.

10 Trata-se de projeto subsequente, desenvolvido por Beatriz Ferraz Diniz e Juliana Thomaz Batista, a partir de sugestão da equipe do CRAS, sob supervisão de Tatiana F.S. Neves (pelo CPAT), em 2011 e 2012, intitulado “‘Trabalho’ na boca do povo: intervenções em um espaço público na região metropolitana de São Paulo”. Neste projeto propôs-se a realização de intervenções itinerantes em ambientes públicos, como praças e calçadas, da região metropolitana de São Paulo e, junto a essas intervenções, compreender as histórias e experiências de trabalho de diferentes pessoas que circulam por esses espaços (BATISTA; DINIZ, 2011).